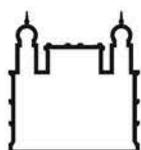


CADERNOS CRIS-FIOCRUZ

PANORAMA DA RESPOSTA GLOBAL À COVID-19



INFORME **18** PRODUZIDO PELO CRIS-FIOCRUZ, SOBRE A SEMANA DE 9 A 22 DE SETEMBRO DE 2020



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



RESPOSTA GLOBAL À COVID-19

Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

(Sumário produzido pelo CRIS-Fiocruz de 9 a 22 de setembro de 2020)

Apresentação

Setembro é um mês pródigo de eventos na arena internacional. Em 2020, por razões óbvias, o setembro foi ainda mais dinâmico. A realização da 75ª Assembleia das Nações Unidas (AGNU) e da 48ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas foram realizados simultaneamente e são objeto de conteúdos dos informes desta quinzena, como também da próxima.

Uma declaração de apoio ao multilateralismo, oriundo da sessão comemorativa ao 75º Aniversário da ONU, Covid-19, *high-level meetings* sobre biodiversidade, mudanças climáticas e as comemorações dos 25 anos da Conferência sobre Mulher (Beijing, 1995) (e documentos resultantes), atraíram a atenção de mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo, segundo a própria ONU.

Nos debates gerais, o ápice de audiência ocorreu na manhã do dia 22/09, terça-feira, quando falaram o Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, o presidente da AGNU, o diplomata turco Volkan Bozkir, e os presidentes Bolsonaro, Trump e Xi Jinping. Os jornais abriram manchetes e as televisões gastaram horas de programação – inclusive transmissão direta – fatos inéditos em outras Assembleias. Motivos não faltaram: defesas e acusações ao multilateralismo, explicações, justificativas (e acusações a terceiros) de Bolsonaro e Trump sobre os recordes da Covid-19 nos dois países e das queimadas florestais no Brasil, e um ‘cândido’ presidente da China derramando-se em bom-mocismo. Tudo com o pano de fundo da maior pandemia da história recente da humanidade.

Embora a OMS registre que oficialmente nos aproximamos de 1 milhão de mortes por Covid-19 no mundo, especialistas afirmam que este número está subestimado e pode já ter chegado a 1,8 milhão de perdas; o número poderia chegar a 3 milhões até o final do ano.

No sistema interamericano, dois revesses importantes: a destituição do brasileiro Paulo Abrão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e a eleição de um norte-americano para o BID, em detrimento de candidato brasileiro, rompendo uma tradição de 60 anos, desde a criação do Banco, que tem importante carteira de financiamento de projetos em saúde.

A América Latina continua vivendo seu calvário político e econômico, com ameaças de ser isolada por investidores internacionais por malfeitos ambientais, e por crises políticas que se sucedem país após país, a mais recente com o presidente peruano livrando-se de um processo de impeachment, o Brasil com eleições municipais dentro de dois meses, e a Bolívia também. O tabuleiro político se agita e a saúde, em época de pandemia também, *et por cause*, adquirindo foco excepcional nos debates eleitorais. Protestos pela acolhida ao Secretário de Estado dos USA no norte do Brasil, na fronteira da Venezuela, onde milhares de pessoas tentam se adaptar à dura condição de migrantes no ambiente ameaçador da pandemia.

Notícia positiva da semana foi a confirmação do governo brasileiro de aderir à *Covax Facility*, o programa mundial para o desenvolvimento e o acesso a vacinas contra a Covid-19 da OMS, com parceiros.

Boa leitura! Aguardamos seus comentários!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 25 de setembro de 2020.

Paulo M. Buss e Luiz Eduardo Fonseca

SUMÁRIO

- 4 **RESPOSTA DA ONU À COVID-19**
Santiago Alcázar
- 6 **RESPOSTA DA OMS - OPS E EUA À COVID-19**
Luiz Augusto Galvão
- 11 **RESPOSTA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS À COVID-19**
Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo
- 20 **RESPOSTA DA OEA À COVID-19**
Luana Bermudez
- 23 **RESPOSTA DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS E DO G77 À COVID-19**
Regina Ungerer
- 24 **RESPOSTA DO G20 E DA OCDE À COVID-19**
Luiz Eduardo Fonseca
- 29 **RESPOSTA DOS BRICS À COVID-19**
Claudia Hoirisch
- 31 **RESPOSTA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE À COVID-19**
Sebastián Tobar e Carlos Linger
- 37 **RESPOSTA DA REGIÃO AFRICANA À COVID-19**
Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg
- 41 **RESPOSTA DA EUROPA À COVID-19**
Ana Helena Freire
- 44 **RESPOSTA DA ÁSIA SUDESTE, PACÍFICO OCIDENTAL E ORIENTE MÉDIO À COVID-19**
Lúcia Marques
- 49 **RESPOSTA DA CHINA À COVID-19**
André Lobato

Resposta da ONU à COVID-19

Santiago Alcázar

Antes de dar por encerrada a resposta da 74ª sessão da AGNU, valeria a pena deixar registro de dois projetos de resolução, apresentados em abril e em setembro: 1) A/74/L.57, intitulado “Resposta unida contra ameaças à saúde global: combatendo a COVID-19”, incluído sob o item 123 da agenda (fortalecimento do sistema das Nações Unidas) e apresentado em 14 de abril; e 2) A/74/L.92, intitulado “Resposta ampla e coordenada à pandemia da Covid-19”, incluído sob os itens 14 e 120 da agenda (*integrated and coordinated implementation of and follow-up to the outcomes of the major United Nations conferences and summits in the economic, social and related fields; e implementation of the resolutions of the United Nations*, respectivamente), apresentado na sexta-feira, dia 11 de setembro.

O primeiro projeto acima será a resolução A/RES/74/307, enquanto o segundo projeto acima passará a ser a resolução A/RES/74/306, ainda não disponíveis como texto finais. Pode-se perguntar por que o primeiro projeto acima, produzido em 14 de abril, tenha levado todo esse tempo para deixar a condição de minuta para transformar-se em resolução. Talvez não haja uma explicação simples, mas o fato é que o texto daquele projeto é mais complexo e amplo do que as resoluções adotadas pela 74ª AGNU, a A/RES/74/270 *Solidariedade global para combater a Covid-19*, bem como a A/RES/74/274 *Cooperação internacional para assegurar o acesso global a medicamentos, vacinas e equipamento médico para enfrentar a Covid-19*. É preciso entender que a adoção de resolução pela AGNU é produto de uma combinação de fatores não sempre evidentes e não necessariamente lógicos. Neste momento, com escassez de informações suficientes não é possível saber mais do curioso lapso de tempo transcorrido numa espécie de limbo.

O segundo projeto, apresentado aos quarenta e cinco minutos do segundo tempo da 74ª sessão da AGNU, vinha sendo negociado com o divertido título de *Omnibus resolution on Covid-19*. O projeto foi submetido pelo próprio Presidente da AGNU, Embaixador Muhammad-Bande, Representante Permanente da Nigéria junto às Nações Unidas. Muito mais rico e complexo que os três outros projetos, o texto do projeto A/74/L.92 contém 58 parágrafos operativos que incluem praticamente todos os textos acordados pela AGNU referentes a amplo horizonte de assuntos, do fortalecimento dos esforços para enfrentar as doenças transmissíveis, aos que recordam a necessidade da cobertura universal em saúde, ao compromisso de respeitar as flexibilidades contidas nos acordos sobre propriedade intelectual, a Agenda 2030, a Agenda de Ação de Adis Abeba, o Acordo de Paris sobre mudança climática e a Convenção quadro sobre mudança climática, entre outros.

É possível que pela profusão de referências a resolução tenha sido submetida sob os itens 14 e 120, mas o fato importante é o que vem consignado no último parágrafo: o follow-up da resolução recairá na 75ª sessão sob o item *Saúde global e política exterior*, o que vem a demonstrar de maneira clara o equívoco de ter colocado a Covid sob o item *Fortalecimento do sistema das Nações Unidas* (vide ENSP 66 anos e referências anteriores).

Assim como não é evidente por quê o primeiro projeto acima tenha levado cinco meses para passar para a condição de resolução adotada pela AGNU, tampouco é clara a razão que impediu a realização de uma sessão especial da AGNU para cuidar da Covid-19 durante a 74ª sessão, afinal de contas não existe até o momento tema mais comentado em todo o mundo.

A Covid-19 receberá a atenção da 75ª sessão com a realização de uma reunião paralela de alto nível (*High level side event: accelerating the end of the Covid pandemic*), na quarta-feira, dia 30 de setembro. Não se trata de um evento principal, mas de um evento paralelo. Na cultura das Nações Unidas, um evento paralelo pode ser organizado por uma Missão Permanente ou por uma Organização internacional. No presente caso, o evento paralelo sobre Covid é patrocinado pela OMS, o Reino Unido, a África do Sul e o Secretário-Geral das Nações Unidas. Não deixa de chamar a atenção que os patrocinadores sejam em tão reduzido número, como se a grande maioria tivesse algo mais importante a fazer que preocupar-se com a Covid-19. De novo, não há informações suficientes para emitir juízos, mas não se pode deixar de registrar que é ao menos curioso.

O evento paralelo do dia 30 de setembro irá considerar a questão da vacina como bem público global, retirando assim a pressão das doenças graves dos sistemas de saúde, bem como facilitar a expansão da economia (*new vaccines should be treated as global public goods, taking the pressure of severe disease off health systems and facilitating the expansion of the global economy*). A peça central daquele encontro será naturalmente o mecanismo Access to Covid-19 Tools Accelerator (ACT) e seu braço de vacinas *COVAX Global Vaccine Facility*, ao qual o Brasil aderiu na última sexta-feira, dia 18 de setembro.

Vale a pena ler o enunciado da primeira reunião do Conselho do ACT-Accelerator, disponível em <https://www.who.int/news-room/detail/10-09-2020-statement-from-the-first-act-accelerator-facilitation-council-meeting> e notando que os responsáveis farão a defesa daquele mecanismo nos principais foros, UNGA, G-20, G-7, FMI, o grupo Banco Mundial e o Foro de Paz de Paris Paris Peace Forum <https://parispeaceforum.org>. Sobre este último foro recomenda a leitura dos discursos do Secretário-Geral Antônio Guterres, Emmanuel Macron e Angela Merkel, por ocasião do lançamento do foro, em 2018 e disponíveis em <https://parispeaceforum.org/about/>.

Resposta da OMS - OPS e EUA à COVID-19

Luiz Augusto Galvão

A OMS comemorou o “Dia Mundial da Segurança do Paciente” que à luz da pandemia da COVID-19 teve como tema da celebração: "Segurança do Trabalhador da Saúde: Prioridade para a Segurança do Paciente". O tema com foco na inter-relação entre segurança do trabalhador da saúde e segurança do paciente, é ilustrado no slogan "Trabalhadores seguros da saúde, pacientes seguros". Foi enfatizada a necessidade de um ambiente de trabalho seguro para os profissionais de saúde como pré-requisito para garantir a segurança do paciente.

Na região das Américas o evento também foi destaque na OPS na página da organização (<https://www.paho.org/pt/campaigns/world-patient-safety-day-2020>) consta: “A pandemia de COVID-19 revelou os enormes desafios e riscos que profissionais de saúde estão enfrentando globalmente, incluindo infecções relacionadas à assistência à saúde, violência, estigma, transtornos psicológicos e emocionais, doenças e até mesmo a morte. Além disso, trabalhar em ambientes estressantes faz com que profissionais de saúde estejam mais sujeitos a cometer erros que podem causar danos ao paciente. Portanto, o Dia Mundial da Segurança do Paciente de 2020.”

E também uma frase anterior da Diretora, na qual afirma: “Nós também devemos cuidar dos nossos profissionais de saúde por meio de redes de apoio que lhes permitam preservar sua saúde física e mental. Devemos celebrá-los como os heróis que são e protegê-los do estigma. Devemos encorajar e admirar nossos profissionais de saúde, não os temer e desrespeitá-los.” (Carissa F. Etienne, diretora da OPAS [7 de abril de 2020]).

O Diretor da OMS, acompanhado do chefe da GAVI realizou uma sessão especial sobre a Facilidade do COVAX que visa garantir que todos os países tenham acesso às vacinas ao mesmo tempo o que ajudará a controlar a pandemia, salvar vidas, acelerar a recuperação econômica e garantir que a corrida por vacinas seja um esforço compartilhado, não uma competição que só os ricos podem vencer.

Hoje em dia existem quase 200 vacinas para COVID-19 que estão em testes clínicos e pré-clínicos. A história do desenvolvimento de vacinas nos diz que alguns falharão, e alguns terão sucesso. O objetivo do COVAX é ter 2 bilhões de doses de vacina disponíveis até o final de 2021.

Até agora, foram investidos apenas 3 bilhões de dólares no ACT Accelerator (do qual o COVAX é o braço para a questão das vacinas), o que representa um décimo dos 35 bilhões de dólares restantes necessários para que seja alcançada a escala necessário para o impacto esperado na pandemia da COVID-19.

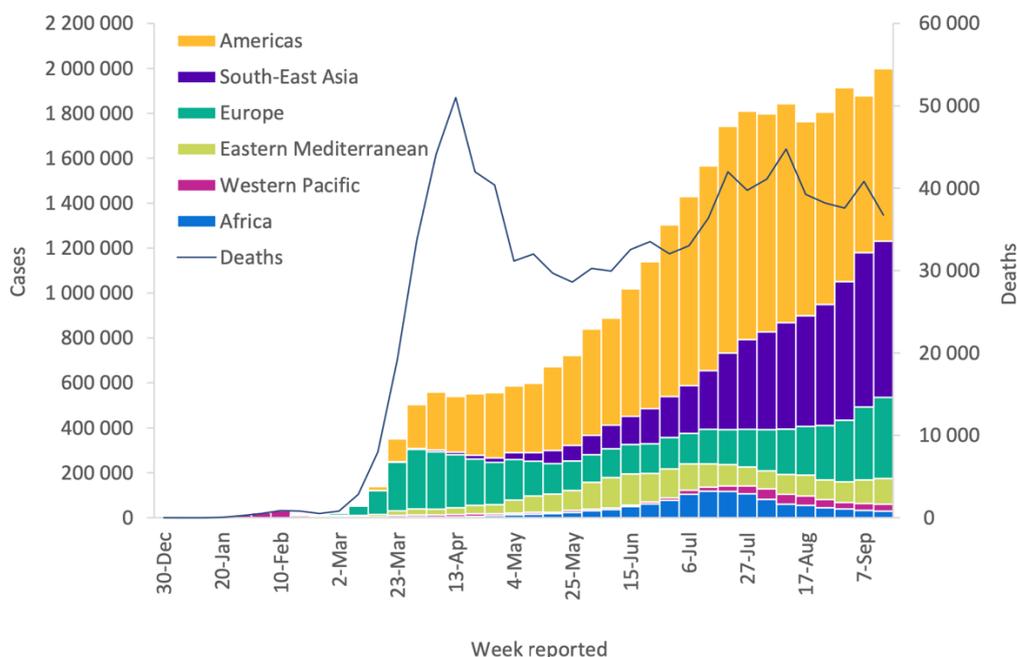
Sobre as comemorações do 75º aniversário da fundação das Nações Unidas o Diretor Geral disse que a OMS tem orgulho de fazer parte da família da ONU e disse que a OMS tem três mensagens-chave: em primeiro lugar, a pandemia deve nos motivar a redobrar nossos esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, não se tornar uma desculpa para saudades deles; em segundo lugar, devemos nos preparar para a próxima pandemia agora; e terceiro, devemos mover o céu e a terra para garantir acesso equitativo a diagnósticos, terapêuticas e vacinas.

A OPS continua se preparando para a Sessão Virtual do 58º Conselho Diretor e a 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas que se realizará de 28 e 29 de setembro de 2020. Como no caso da OMS a agenda será limitada e entre vários documentos obrigatórios, estão os documentos que serão analisados estão informes que anunciam a melhoria considerável da situação financeira da OPS e portanto reverte as considerações anteriores e propõe que os trabalhos continuem como programados para o biênio e que qualquer alteração seja deferida para o próximo biênio.

Em relação à situação epidemiológica global da Pandemia da COVID-19, até o momento, mais de 30,6 milhões de casos de COVID-19 e 950 mil mortes foram reportadas à OMS.

De 14 a 20 de setembro, houve quase 2 milhões de novos casos de COVID-19, o que representa um aumento de 6% em relação à semana anterior, e o maior número de casos notificados em uma única semana desde o início da epidemia. No mesmo período, houve queda de 10% no número de óbitos, com 37.700 óbitos notificados nos últimos sete dias (Figura 1).

Figure 1: Number of COVID-19 cases reported weekly by WHO Region, and global deaths, 30 December 2019 through 20 September 2020**



EUA

Além das guias técnicas e da informação epidemiológica, foram lançados dois documentos relevantes para orientar a saúde pública em aspectos cruciais na Pandemia da COVID-19: critérios para a abertura e operação de escolas e estratégia sobre a equidade em saúde.

No caso da abertura das escolas são utilizados indicadores centrais que incluem uma ou ambas as medidas de carga comunitária e uma medida autoanalisada da implementação escolar de estratégias-chave de mitigação.

Medidas de carga comunitária:

- O número de novos casos por 100.000 pessoas nos últimos 14 dias, E/OR
- A porcentagem de testes de RT-PCR que são positivos nos últimos 14 dias, e
- Implementação de estratégias de mitigação

A capacidade da escola de aderir às seguintes estratégias de mitigação chave:

- Uso consistente e correto de máscaras
- Distanciamento social na medida do possível
- Higiene das mãos e etiqueta respiratória
- Limpeza e desinfecção
- Rastreamento de contato em colaboração com o departamento de saúde local

As escolas devem adotar as medidas adicionais de mitigação descritas abaixo na maior medida possível, práticas e viáveis.

Indicadores secundários

Os indicadores secundários que podem ser usados para apoiar o processo de tomada de decisão nas comunidades locais não devem ser utilizados como principais critérios para determinar o risco de transmissão da doença nas escolas. Eles devem ser usados para apoiar a tomada de decisão derivada dos indicadores centrais. Por exemplo, o percentual de leitos hospitalares e leitos de unidade de terapia intensiva ocupados em um hospital local.

Outro documento é a Estratégia do CDC sobre a Equidade na Resposta em Saúde à COVID-19: “Acelerando o progresso para reduzir as disparidades do COVID-19 e alcançar o patrimônio em saúde.”

Visão: Todas as pessoas têm a oportunidade de atingir o mais alto nível de saúde possível.

A Estratégia busca melhorar os resultados de saúde das populações desproporcionalmente afetadas, focando-se em quatro prioridades:

1. Ampliando a base de evidências.
2. Ampliação de programas e práticas para testes, rastreamento de contatos, isolamento, recuperação das consequências negativas não intencionais das estratégias de mitigação. Exemplos de potenciais consequências negativas não intencionais incluem a perda de seguro de saúde; insegurança alimentar, habitacional e de renda; preocupações com a saúde mental; uso de substâncias; e violência resultante de fatores como isolamento social, estresse financeiro e ansiedade.
3. Ampliação das atividades de programas e práticas para apoiar trabalhadores essenciais e de linha de frente para evitar a transmissão do COVID-19. Exemplos de trabalhadores essenciais e de linha de frente incluem trabalhadores de saúde, indústria alimentícia e correcionais.
4. Ampliação de uma força de trabalho inclusiva equipada para avaliar e atender às necessidades de uma população cada vez mais diversificada.

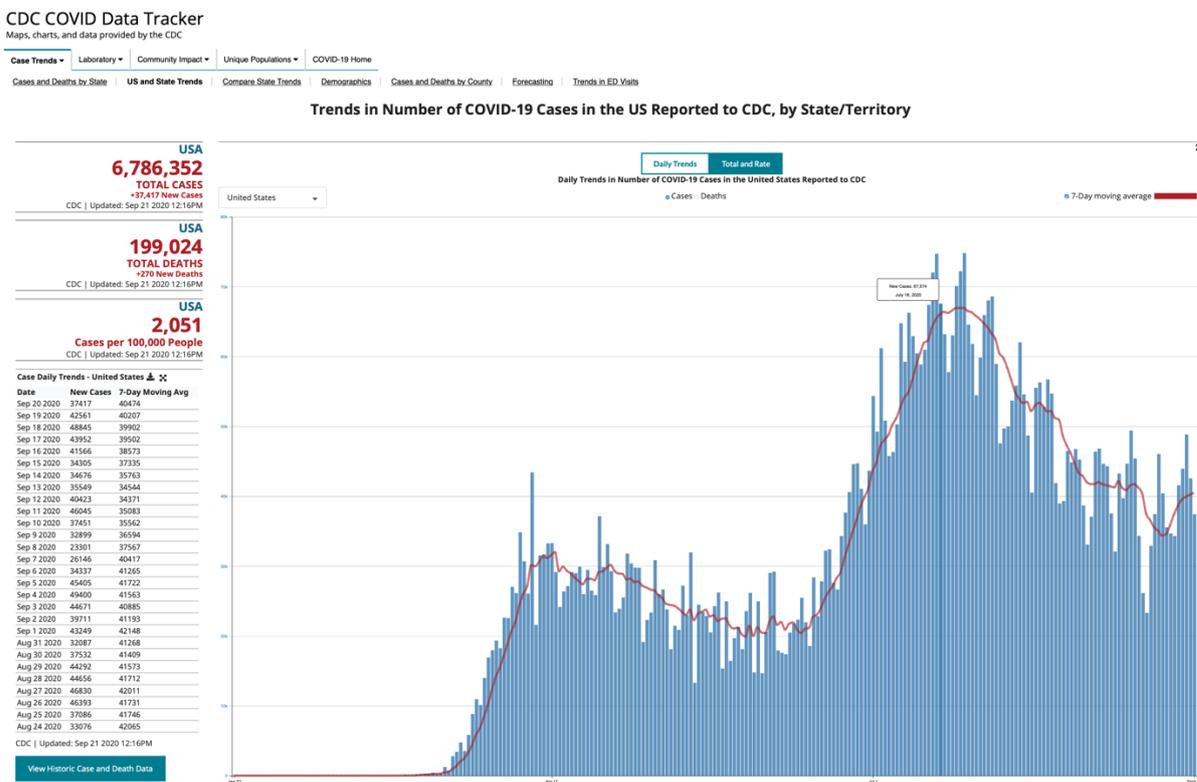
Focos baseado em populações e lugares:

- Populações de minorias raciais e étnicas
- Pessoas que vivem em áreas rurais ou fronteiriças
- Pessoas em situação de rua
- Trabalhadores essenciais e de linha de frente
- Pessoas com deficiência
- Pessoas com transtornos do uso de substâncias
- Pessoas que estão envolvidas com a justiça (pessoas encarceradas)
- Pessoas não nascidas nos EUA

Resultados:

- Redução das disparidades de saúde relacionadas ao COVID-19.
- Aumento de testes, rastreamento de contatos, opções de isolamento e cuidados preventivos e manejo de doenças em populações com risco aumentado para COVID-19.
- Equidade garantida na distribuição nacional e administração de futuras vacinas COVID-19.
- Implementação de políticas, sistemas e estratégias ambientais baseadas em evidências para mitigar as iniquidades sociais e de saúde relacionadas ao COVID-19.
- Redução do estigma associado ao COVID-19 e seus vieses implícitos.
- Ampliação da capacidade de resposta cultural e aplicação de princípios de equidade em saúde entre uma força de trabalho cada vez mais diversificada covid-19.

Em termos da evolução da pandemia, tendência geral à diminuição do número de casos notificados diariamente em uma média de sete dias sofreu alteração e começou a apresentar uma ligeira inversão como pode ser observado no gráfico do CDC abaixo.



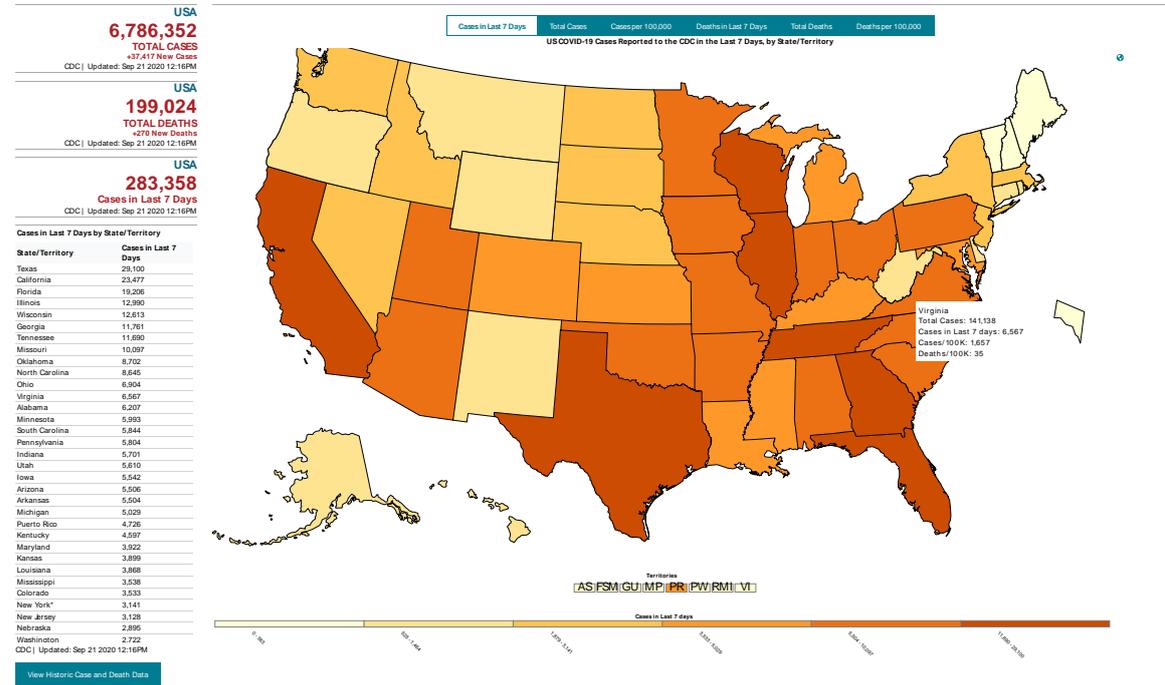
CDC COVID Data Tracker
Maps, charts, and data provided by the CDC

Case Trends ▾ Laboratory ▾ Community Impact ▾ Unique Populations ▾ COVID-19 Home

Cases and Deaths by State | **US and State Trends** | Compare State Trends | Demographics | Cases and Deaths by County | Forecasting | Trends in ED Visits

United States COVID-19 Cases and Deaths by State

Reported to the CDC since January 21, 2020



Resposta das Instituições Financeiras Multilaterais à COVID-19

Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo

Banco Mundial

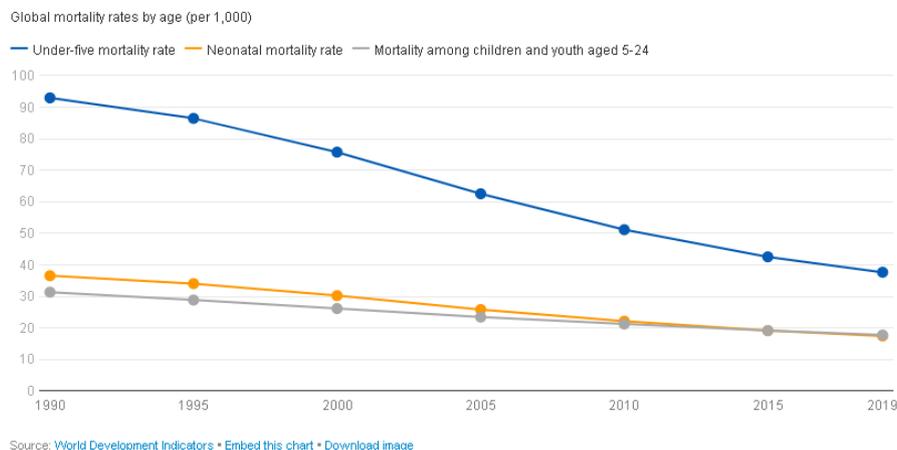
Artigo: Estimativa da Mortalidade Infantil e Juvenil e a COVID-19

As novas estimativas do relatório *United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation* (UN IGME)¹ cobrem os últimos 29 anos até 2019 - isto é, antes do início da pandemia do novo coronavírus. O relatório alerta que o enorme progresso no combate a mortalidade infantil e juvenil feito até 2019 está no precipício de uma crise global de mortalidade infantil provocada pelos efeitos da pandemia da COVID-19, em 2020.

As evidências iniciais sugerem que o impacto da COVID-19 na mortalidade direta de crianças e jovens pode ser pequeno, mas os efeitos indiretos podem ser graves. Muitos serviços de salvamento já foram interrompidos pela COVID-19. Isso inclui interrupções na cadeia de suprimentos médica e alimentar, redução da utilização e fornecimento de serviços básicos de saúde, bem como a realocação de recursos e pessoal de saúde.

Por exemplo, o *Global Financing Facility* (GFF) estima que até 26 milhões de mulheres podem perder o acesso à contracepção em 36 países, levando a quase 8 milhões de gestações indesejadas.

Essas interrupções estão colocando dezenas de milhões de mulheres e crianças em risco de morte ou de impactos na saúde ao longo da vida. Os governos e a comunidade global de saúde precisarão dobrar a oferta de serviços essenciais de saúde para que anos de progresso não sejam comprometidos. O GFF apoia ativamente os países para priorizar e planejar a continuação dos serviços essenciais de saúde, fortalecer a prestação de serviços de linha de frente e abordar as restrições na demanda de serviços.



Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/new-child-and-youth-mortality-estimates-show-dramatic-reductions-progress-threatened>

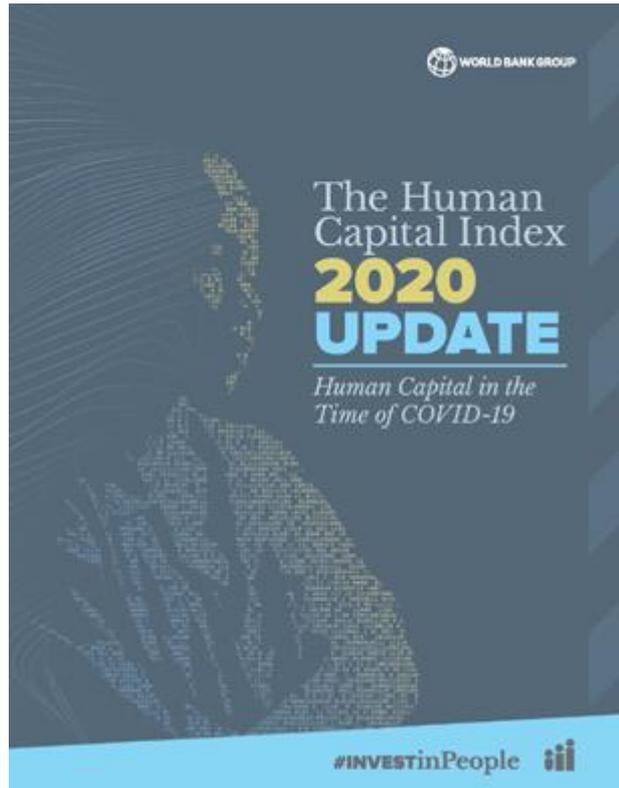
Relatório: Atualização do Índice de Capital Humano 2020: Capital Humano na Época do COVID-19²

¹ Disponível em: <<https://childmortality.org/wp-content/uploads/2020/09/UNICEF-2020-Child-Mortality-Report.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

² Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

A pandemia provocada pela COVID-19 ameaça ganhos duramente conquistados em saúde e educação na última década, especialmente nos países em desenvolvimento, concluiu uma nova análise do Grupo do Banco Mundial. Os investimentos em capital humano - o conhecimento, as habilidades e a saúde que as pessoas acumulam ao longo da vida - são essenciais para desbloquear o potencial de uma criança e melhorar o crescimento econômico em todos os países.

O lançamento do Índice de Capital Humano de 2020 inclui dados de saúde e educação para 174 países, cobrindo 98 por cento da população mundial até março de 2020, fornecendo uma linha de base pré-pandemia. A atualização também apresenta uma visão de uma década da evolução dos resultados do capital humano de 2010 a



2020, encontrando melhorias em todas as regiões do mundo, onde os dados estão disponíveis, e em todos os níveis de renda. Isso se deveu em grande parte a melhorias na saúde, refletidas em melhores taxas de sobrevivência de crianças e adultos e redução da baixa estatura, bem como um aumento nas matrículas escolares. Este progresso está agora em risco devido à pandemia global, segundo os dados do índice.

A análise revela que os resultados do capital humano para as meninas são, em média, mais elevados do que para os meninos. No entanto, isso não se traduziu em oportunidades comparáveis de usar o capital humano no mercado de trabalho: em média, as taxas de emprego são 20 pontos percentuais mais baixas para as mulheres do que para os homens, com uma disparidade maior em muitos países e regiões. Além disso, a pandemia está exacerbando os riscos de violência de gênero, casamento infantil e gravidez na adolescência, que reduzem ainda mais as oportunidades de aprendizagem e empoderamento para mulheres e meninas.

Hoje, os ganhos de capital humano duramente conquistados em muitos países estão em risco. Mas os países podem fazer mais do que apenas trabalhar para recuperar o progresso perdido. Para proteger e estender os ganhos anteriores de capital humano, os países precisam expandir a cobertura e a qualidade dos serviços de saúde entre as comunidades marginalizadas, impulsionar os resultados da aprendizagem juntamente com as matrículas escolares e apoiar as famílias vulneráveis com medidas de proteção social adaptadas à escala da crise COVID-19.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/09/16/investing-in-human-capital-a-top-priority-for-ukraine-amid-pandemic-says-world-bank>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/09/16/pandemic-threatens-human-capital-gains-of-the-past-decade-new-report-says>

Iniciativas por país

Togo

No dia 10 de setembro de 2020, o BM aprovou a liberação de recursos para combater a crise provocada pela pandemia de COVID-19 no Togo, no valor de US\$ 35 milhões.

Esses recursos servirão para ajudar a fortalecer a estrutura de resposta à crise para obter melhores resultados de saúde; mitigar a pobreza negativa e os impactos sociais da crise; e lançar as bases para a recuperação econômica.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/loans-credits/2020/09/10/togo-covid-19-crisis-response-development-policy-financing>

Sri Lanka

No dia 11 de setembro de 2020, o BM realocou \$ 56 milhões de projetos em andamento no Sri Lanka para proteger os mais vulneráveis no setor agrícola, melhorar as medidas de proteção em relação à COVID-19 no transporte público, facilitar a teleeducação para crianças em idade escolar e fornecer soluções digitais para melhorar a prestação de serviços públicos. Este novo financiamento complementa o Projeto de Resposta a Emergências e Preparação do Sistema de Saúde COVID-19 de \$ 128,6 milhões do Sri Lanka, que foi aprovado em 2 de abril.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/09/11/world-bank-supports-sri-lanka-with-usd56-million-mitigate-covid-19-impacts>

Nepal

No dia 17 de setembro de 2020, o BM aprovou um crédito de política de desenvolvimento “Finanças para o Crescimento” de US \$ 200 milhões para fortalecer a estabilidade do setor financeiro, diversificar soluções financeiras e aumentar o acesso a serviços financeiros em apoio aos esforços de recuperação e resiliência COVID-19 do Nepal.

A operação “Finanças para o Crescimento” apoiará uma supervisão aprimorada dos riscos enfrentados pelas instituições bancárias e financeiras, especialmente no contexto dos impactos da pandemia. A operação também ajudará a construir capital, seguros, capital de risco e capital privado e mercados de financiamento de risco de desastres por meio de reformas regulatórias. Isso ajudará a abrir novas oportunidades de investimento para os atores do mercado e atrair o financiamento privado.

A outra área crítica de enfoque é expandir o acesso ao financiamento para famílias, mulheres e empresas por meio de reformas regulatórias e outras que atrairão fluxos adicionais de financiamento internacional e mobilizarão serviços digitais, infraestrutura de crédito e programas de alfabetização.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/09/17/world-banks-200-million-support-to-strengthen-nepals-financial-sector-to-spur-covid-19-resilience-and-recovery>

Resposta do FMI

Artigo: Comércio como uma ferramenta para enfrentar os impactos provocados pela COVID-19

À medida que as economias procuram agora caminhos para a recuperação da crise COVID-19, novas evidências reafirmam que as políticas para economias mais abertas e integradas ao comércio podem beneficiar significativamente a concorrência doméstica e, em última análise, ajudar a reduzir os custos para os consumidores em economias emergentes e em desenvolvimento.

No documento *International Trade and Corporate Market Power*³, que tem como base o capítulo *Perspectivas Econômicas Regionais* sobre competição, competitividade e crescimento

³ Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2020/07/17/International-Trade-and-Corporate-Market-Power-49565>>

na África Subsaariana, examina o efeito da liberalização do comércio usando um grande conjunto de dados de empresas cobrindo cerca de 400.000 empresas em 83 economias emergentes e em desenvolvimento de 2000 a 2017. O estudo também se concentra em 29 nações da África Subsaariana, onde uma maior integração comercial levou a margens de lucro significativamente mais baixas. As marcações mostram a capacidade das empresas de cobrar dos consumidores acima de seus custos e são indicadores de poder de mercado. Quanto mais competição, menor é o poder de mercado e menores as margens de lucro.

As reduções de tarifas causam uma diminuição significativa nas margens de lucro no setor de manufatura, pois normalmente enfrenta forte concorrência do exterior. O setor de tecnologia da informação e comunicação (TIC) também experimenta reduções importantes nos markups após cortes de tarifas, muito provavelmente devido aos custos mais baixos de importação em um setor que requer grandes investimentos. Esse efeito adicional da liberalização sobre os markups entre as empresas de TIC pode estar relacionado à intensidade de capital relativamente alta neste setor, uma vez que a abertura de mercados para mais importações de bens de capital pode contribuir para mais competição neste setor e a redução dos markups das empresas dominantes. De modo geral, os setores com maior penetração de importações têm uma resposta mais forte às reduções tarifárias.

A redução de tarifas leva a quedas significativas nas margens de lucro de cerca de 4% nos cinco anos após a redução das barreiras comerciais. Na África Subsaariana, a diminuição também é significativa. Usando taxas de tarifas específicas do setor, é mostrado que a redução de 10 por cento nas tarifas está associada a uma redução de 1 % nos markups na região.

Este estudo também descobriu que, quando comparada com outras ações de política, a liberalização do comércio parece ser uma ferramenta particularmente potente para mitigar o poder do mercado e tem sinergias significativas com as reformas do setor real.

Disponível em: <https://blogs.imf.org/2020/09/14/trade-as-a-tool-for-an-efficient-recovery/>

Iniciativas por país

Angola

No dia 16 de setembro, o FMI concluiu a terceira revisão do programa econômico de Angola, apoiado por um acordo alargado no âmbito do *Extended Fund Facility* (EFF). A conclusão dessa revisão desbloqueia o acesso a cerca de US \$ 1 bilhão, elevando os desembolsos totais sob o acordo estendido para cerca de US \$ 2,5 bilhões.

O acordo prorrogado de Angola por três anos foi aprovado pelo Conselho Executivo do FMI em 7 de dezembro de 2018, no valor de cerca de US \$ 3,7 bilhões no momento da aprovação. Visa restaurar a sustentabilidade externa e fiscal, melhorar a governança e diversificar a economia para promover o crescimento econômico sustentável liderado pelo setor privado.

Ao concluir a terceira avaliação, o Conselho Executivo também aprovou o pedido das autoridades para um aumento do acesso ao abrigo do acordo EFF de 72 % da quota de Angola cerca de US\$ 765 milhões para apoiar os esforços das autoridades para controlar a propagação de Pandemia COVID-19, mitigar seu impacto econômico e perseverar na implementação de reformas estruturais.

A economia de Angola foi duramente atingida por um choque externo triplo induzido pela COVID-19. O choque conduziu a crises econômicas e de saúde, agravadas pela queda dos preços do petróleo face à dependência de Angola das exportações de petróleo. Em resposta, as autoridades adotaram medidas decisivas para enfrentar o impacto do choque e continuam fortemente empenhadas no programa, incluindo a luta contra a corrupção. Na frente fiscal, a

Assembleia Nacional adotou um orçamento suplementar conservador, que inclui medidas de receitas não petrolíferas e compressão de despesas não essenciais, ao mesmo tempo que cria espaço para despesas essenciais com saúde e rede de segurança social. Na frente monetária, o banco central adotou várias medidas para aliviar as restrições de liquidez e crédito para ajudar o setor privado a enfrentar as crises.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/09/16/pr20294-angola-imf-execboard-complete-3rdrev-ea-under-eff-augment-disbursement-address-covid19>

Demais iniciativas como visitas virtuais a países e rodadas de negociação de financiamento durante as últimas duas semanas:

September 21, 2020

IMF Staff Completes Staff Visit to Senegal

In 2021, output is projected to rebound back to above 5 percent, boosted in part by ... Given high uncertainty and lingering effects of the pandemic on some sectors of the ... MEDIA RELATIONS

September 21, 2020

IMF Staff Concludes Virtual Visit to Uzbekistan

International financial support, including from the IMF, the World Bank, the Asian ... The crisis has underscored the need for further reform progress to realize these ... MEDIA RELATIONS

September 18, 2020

IMF Executive Board Approves Policy Safeguards for High Levels of Combined Access to Resources from the General Resources Account and the Poverty Reduction and Growth Trust

Executive Board Assessment [2] ... Some Directors highlighted that the Fund should be cautious about lending ... They underscored the importance of giving support and attention, in particular ...

September 16, 2020

IMF Executive Board Completes the Third Review of Angola's Extended Arrangement Under the Extended Fund Facility and Augments Disbursement to Address the Impact of COVID-19

News ... "The Angolan authorities remain committed to sound policies under the IMF-supported ... The authorities need to advance the restructuring of two public banks. ... More information

September 15, 2020

IMF Staff Concludes Virtual Visit to Georgia

Growth in credit to the private sector remains robust, partly supported by government ... Maintaining exchange rate flexibility remains essential to manage the shock. ... MEDIA RELATIONS

September 14, 2020

IMF Staff Completes Virtual Visit to Tajikistan

News ... The external position has deteriorated. ... On the fiscal side, revenues have dropped sharply, posing challenges for the ... Foreign exchange shortages also need to be addressed.

Resposta do BID

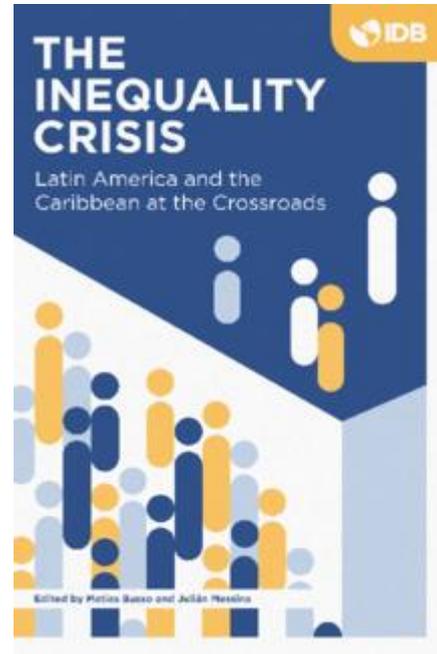
Relatórios

*The Inequality Crisis: Latin America and the Caribbean at the Crossroads*⁴

A América Latina e o Caribe são especialmente vulneráveis aos impactos da COVID-19 porque a desigualdade é profunda e se espalha em várias dimensões, desde raça e gênero até o acesso desigual à educação, saúde e outros serviços, um novo relatório do Inter- Mostra do Banco de Desenvolvimento Americano.

O relatório faz um exame sem precedentes das causas básicas do persistente desempenho inferior da região na distribuição de renda, bem-estar e oportunidades. Ele leva em consideração não apenas as medidas tradicionais de renda, mas também questões menos tangíveis, como geografia e confiança nas instituições.

O relatório fornece recomendações de políticas para preencher essas lacunas e emergir da pandemia em uma base mais sólida para gerar um crescimento mais inclusivo.



“A desigualdade na América Latina e no Caribe é bem conhecida, mas não necessariamente bem compreendida”, disse Eric Parrado, Economista-Chefe do BID. “Observamos como o contrato social é fraturado em vários níveis. Os pobres são mais vulneráveis às mudanças climáticas. Sua educação e saúde são piores. Os programas governamentais para redistribuir a renda são muito menos eficazes na região do que em outros lugares. Como resultado, nossas escolas e cidades são segregadas por renda em um nível nunca visto em outras regiões.”

A América Latina historicamente tem lutado para lidar com crises. O livro mostra que quando o PIB caiu 5% ou mais, o declínio nos salários reais geralmente foi grande: 10% em média, mas, em alguns casos, chegou a 20%. O desemprego também aumentou e o número de empregos formais diminuiu. Como resultado, a pobreza normalmente aumentou entre 3 e 5 pontos percentuais, mesmo depois que os esforços de ajuda do governo foram levados em consideração.

A crise da COVID-19 apresenta algumas particularidades que a tornarão particularmente regressiva no curto e no longo prazo. Imediatamente após a pandemia atingir a região, a maioria dos governos implementou medidas rígidas de bloqueio que impediam as pessoas de trabalhar fora de casa. Essas medidas afetaram desproporcionalmente as famílias de baixa renda. Cerca de 65% das famílias nos 20% mais pobres da distribuição de renda haviam experimentado pelo menos uma perda de emprego entre os membros da família um mês depois do fechamento. Entre os 20% superiores, a porcentagem de perdas de empregos foi de cerca de 22%.

⁴ Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/the-inequality-crisis-latin-america-and-the-caribbean-at-the-crossroads>>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

O desafio que o relatório propõe é garantir que a recuperação beneficie todos os cidadãos para que as sociedades se tornem mais inclusivas e resilientes. Caso contrário, a região ficará vulnerável a futuros choques econômicos e climáticos.

A região fez avanços na redução da lacuna de renda, especialmente durante os anos de boom das commodities entre 2000 e 2013. A pobreza caiu, em média, de 42,3% em 2002 para 23,1% em 2018, à medida que grandes faixas da população passaram para a classe média. Os 10% dos cidadãos mais ricos ganham 22 vezes mais do que os 10% mais pobres - uma grande melhoria em relação à proporção de 49 em 2000.

No entanto, a região fica muito atrás das economias desenvolvidas agrupadas na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde os 10% mais ricos ganham apenas nove vezes mais do que os 10% mais pobres. Esses números excluem os países latino-americanos da OCDE.

As sociedades na América Latina e no Caribe são especialmente segregadas por status socioeconômico. No Brasil, por exemplo, o bairro em que você mora em uma cidade contribui mais de quatro vezes para explicar um diferencial de salário do que sua cidade ou estado.

Outros fatores de desigualdade são gênero e raça, descobriram os pesquisadores. As mulheres ganham 87 centavos para cada dólar ganho por um homem. Embora as normas sociais profundamente enraizadas excluam as mulheres dos cargos executivos de topo, elas trabalham em média três vezes mais em casa do que os seus parceiros. Ajustando a educação, os afrodescendentes ganham salários em média 17 por cento mais baixos do que o resto da população, enquanto a diferença salarial ajustada para os indígenas é de 27 por cento.

A educação é outro fator de desigualdade. As diferenças na educação explicam um quarto da desigualdade salarial entre os índices dos trabalhadores latino-americanos. Embora os pobres tenham mais acesso a serviços educacionais do que antes, as escolas da região têm maior probabilidade de serem segregadas por status socioeconômico, sugerindo que famílias mais ricas estão enviando seus filhos para escolas particulares em maior número do que em economias mais desenvolvidas. Há seis alunos de famílias de alta renda para cada colega de classe de uma família de baixa renda que compartilham uma sala de aula na América Latina. A proporção nos EUA é de 3-1 e na Noruega é inferior a 2-1. Indivíduos de alta renda na América Latina gastam 25 vezes mais com a educação de seus filhos do que pais de baixa renda. Mais de 40% das matrículas no ensino médio estão em escolas particulares, em comparação com cerca de 10% nos países da OCDE e países de renda média em outras regiões.

Um dos principais elementos para corrigir essas desigualdades são melhores políticas fiscais, diz o relatório. Por meio de impostos e gastos do governo, a América Latina reduz a desigualdade em menos de 5% - a OCDE-UE a reduz em 38%. Em outras palavras, os governos latino-americanos são 8 vezes menos eficazes do que seus homólogos da OCDE e da UE na redução da desigualdade. Um grande obstáculo é que a alta informalidade do trabalho na América Latina afeta as aposentadorias - uma importante ferramenta redistributiva na OCDE. Além disso, alguns programas de gastos sociais são ineficientes. Por exemplo, três quartos dos subsídios à energia beneficiam os 60% mais ricos da população. A evasão fiscal também é maior na América Latina do que nas economias mais desenvolvidas.

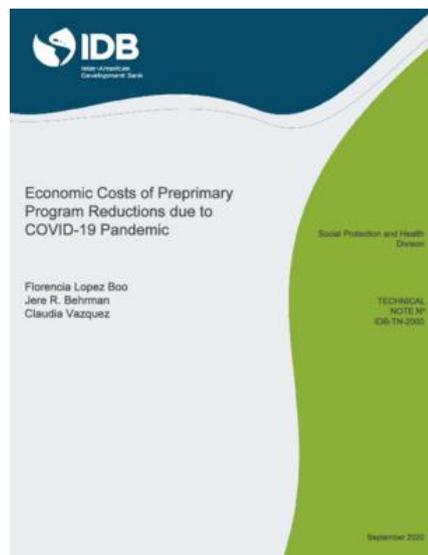
O relatório exorta os governos e outros atores a trabalharem juntos para elaborar um novo contrato social. Os ricos e a classe média alta desfrutam dos benefícios do emprego formal e não exercem pressão para melhorar a qualidade da educação pública, da infraestrutura e da segurança porque são encontradas soluções privadas. As classes pobres, baixa e média vivem em bairros diferentes, frequentam escolas diferentes, visitam clínicas de saúde diferentes e se contentam com planos de pensão e saúde não contributivos recentemente introduzidos que são

menos generosos, mas uma inovação bem-vinda, diz o relatório. É necessário um redesenho das redes de segurança para torná-las mais inclusivas. Reparar o tecido social requer mais proteção aos pobres e às classes médias baixas, enquanto melhora os serviços públicos para trazer as classes médias altas para o espaço público.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/deep-inequalities-worsen-latin-america-and-caribbean-vulnerabilities-crises-idb-report>

Economic Costs of Preprimary Program Reductions due to COVID-19 Pandemic⁵

Este estudo, lançado pelo BID no dia 16 de setembro de 2020, é o primeiro a simular perdas devido ao encerramento de programas pré-primários por causa da pandemia COVID-19 sobre ganhos futuros quando crianças em idade pré-escolar se tornarem adultos em 140 países. Especialistas do BID analisaram 140 países com uma população combinada de 6,4 bilhões de pessoas. Os resultados são alarmantes: por exemplo, o fechamento da pré-escola por seis meses significa perdas em salários futuros equivalentes a 5,3% do produto interno bruto (PIB) no Peru, 4,1% no México e 3,5% na Jamaica. A simulação também inclui cenários de fechamento da pré-escola por três e 12 meses.



O estudo propõe que as políticas públicas devem mitigar os efeitos do encerramento de programas de pré-escola para reduzir perdas potenciais sem precedentes na primeira infância, especialmente para crianças de origens mais pobres. Uma melhor distribuição de acesso à Internet, computadores e outros dispositivos eletrônicos, criação de ambientes mais hospitaleiros e seguros em casa para a educação infantil, apoio a pais vulneráveis com modalidades híbridas para melhorar as práticas parentais, mais recursos de saúde mental e entrega de alimentos nutritivos são alguns exemplos de políticas que podem preservar o desenvolvimento físico, mental e emocional de crianças pequenas, tanto imediatamente como a longo prazo.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-says-pandemic-will-affect-future-earnings-entire-generation-children>

Sound Banks for Healthy Economies: Challenges for Policymakers in Latin America and the Caribbean in Times of Coronavirus⁶

⁵ Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/economic-costs-preprimary-program-reductions-due-covid-19-pandemic>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

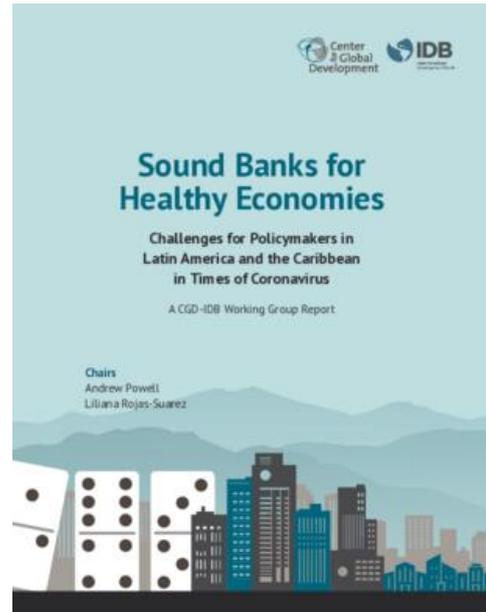
⁶ Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/sound-banks-healthy-economies-challenges-policymakers-latin-america-and-caribbean-times-coronavirus>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

O relatório foi co-presidido pelo Centro para o Desenvolvimento Global (CGD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) descreve uma série de desafios e recomendações detalhadas para formuladores de políticas regionais, também relevantes para outros mercados emergentes em todo o mundo.

A principal conclusão do documento é que são necessárias melhores políticas bancárias devido aos sérios desafios que os sistemas financeiros enfrentarão com os impactos econômicos da crise de saúde da COVID-19 na América Latina e no Caribe.

Algumas das outras conclusões do relatório incluem a importância de manter a credibilidade do banco central e a solidez do balanço patrimonial, enfocando instrumentos para lidar com problemas de solvência e liquidez e aproveitando novos programas de transferência para impulsionar a inclusão financeira. O relatório conclui que a América Latina e o Caribe têm um caminho difícil a percorrer durante e após a crise da COVID-19. Boas políticas, conforme identificadas por meio das discussões do grupo de trabalho de especialistas que formou a base deste relatório, ajudarão a minimizar as dificuldades econômicas e permitirão que os bancos desempenhem um papel construtivo e abrangente na fase de recuperação da pandemia em toda a região.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/better-banking-policies-needed-blunt-covid-19-impacts-latin-america-and-caribbean>



Resposta da OEA à COVID-19

Luana Bermudez

Secretaria Geral

A OEA realizou uma série de seminários e reuniões virtuais nas últimas semanas. Cabe destacar a realização da Quarta Reunião de Altas Autoridades do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC) sobre o impacto da Covid-19 nas Américas, convocada pelo Secretário Geral da OEA, Luis Almagro, e a Diretora Geral da OPAS, Carissa Etienne. A reunião teve como objetivo continuar o diálogo entre os organismos presentes para unir esforços no enfrentamento à pandemia e discutir as prioridades para a Cúpula das Américas que será realizada em 2021 sob a presidência dos Estados Unidos. Estiveram presentes na reunião as altas autoridades e seus representantes das organizações que compõem o Grupo de Trabalho, detalhadas a seguir:

- Organização dos Estados Americanos (OEA)
- Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
- Banco mundial
- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)
- Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB)
- Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE)
- Organização Internacional para Migração (OIM)
- Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Carissa Etienne fez uma breve apresentação da situação da região, ressaltando sua preocupação com a redução da cobertura de imunização, a queda da taxa de consultas pré-natais, o impacto negativo nos programas de HIV/Aids, Malária e Tuberculose, a difícil gestão de doenças crônicas não transmissíveis, e o aumento dos problemas de saúde mental. Ela reiterou o apoio da OPAS aos países membros e destacou a importância da iniciativa COVAX para assegurar o acesso equitativo e universal a vacinas para Covid-19, que serão compradas através do Fundo Rotatório da OPAS. Por fim, mencionou o trabalho que a organização fez em conjunto com a Cepal com importantes recomendações para a abertura das economias da região considerando a crise econômica, social e sanitária.

Michael Kozak, Secretário adjunto interino do Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos EUA, destacou as prioridades do país para a Cúpula das Américas de 2021, deixando claro mais uma vez sua oposição aos governos de Cuba, Nicarágua e Venezuela e o compromisso do país na recuperação econômica pós-pandemia.

As demais autoridades do GTCC levantaram suas preocupações e os temas que consideram relevantes para a Cúpula das Américas. Alguns dos temas mencionados foram a importância de um papel central do Estado, a pressão sobre as mulheres durante a pandemia, a relevância da conectividade digital, a importância da integração regional e cooperação internacional, o avanço da agenda anticorrupção, a necessidade de um novo contrato social, a ausência de mecanismos de prestação de contas para a pandemia, a recuperação econômica, o compromisso de trabalho conjunto entre os setores público e privado, o valor do intercâmbio de conhecimentos, o foco nos grupos vulneráveis, e a solidariedade entre as nações.

Por fim, o Grupo de Trabalho publicou uma declaração conjunta sobre os riscos de corrupção, integridade e governança democrática associados à Covid-19, focando na necessidade do estabelecimento de medidas para promover os mecanismos de responsabilização e o acesso da população às atividades com ênfase em programas contra corrupção.

https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-094%2F20&fbclid=IwAR32u-3njl8500tqdEDVfZOmcbc4For6qppdZUCTaLD4kZ2r0Gh-mw1jNVA

Além disso também foi realizado um seminário virtual em conjunto com o Fórum de Federações e a Universidade de Kent sobre Governos subnacionais e seu crescente papel fundamental em um cenário de Covid-19, com o objetivo de discutir os desafios que estes governos enfrentam no momento e a importância da participação de atores locais na cooperação regional.

<https://www.oas.org/ext/es/principal/covid-19/Foros-Virtuales/ArtMID/3478/ArticleID/3611/Los-gobiernos-subnacionales-y-su-creciente-rol-fundamental-en-un-escenario-Covid-19>

A Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo da OEA realizou um diálogo virtual sobre o uso da internet na propagação do extremismo violento, em conjunto com o Governo do México, para discutir as tendências esperadas com a chegada da pandemia e medidas específicas que podem ser tomadas para a prevenção.

<https://www.oas.org/ext/es/principal/covid-19/Foros-Virtuales/ArtMID/3478/ArticleID/3603/Di%c3%a1logo-virtual-%e2%80%9cEl-uso-del-internet-en-la-propagaci%c3%b3n-del-extremismo-violento-retos-y-mejores-pr%c3%a1cticas%e2%80%9d>

Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

A CIM organizou um diálogo virtual para a divulgação da publicação sobre a Emergência Global dos Cuidados, elaborada em cooperação com a União Europeia com o objetivo de chamar atenção para o aumento da desigualdade da distribuição de tarefas domésticas e do cuidado entre homens e mulheres durante a pandemia.

<https://www.oas.org/ext/es/principal/covid-19/Foros-Virtuales/ArtMID/3478/ArticleID/3604/Conversatorio-Virtual-Emergencia-Global-de-los-Cuidados>

Além disso, também foi realizado um webinar sobre o impacto da Pandemia sobre os direitos econômicos das mulheres, com ênfase nos efeitos diferenciados da Covid-19 na vida das mulheres e recomendações para mitigar esse impacto.

<https://www.facebook.com/watch/?v=3251545224941041&extid=YH96LhpFgGZKJZ1s>

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

No dia 18 de setembro, a CIDH anunciou sua decisão de abrir novamente o processo de seleção para o cargo de titular da Secretaria Executiva da Comissão, no lugar de Paulo Abrão. A Comissão ressaltou que, de acordo com a Política e Sistema de resolução de conflitos para a prevenção e eliminação de todas as formas de assédio laboral da OEA, “o fato de um membro do pessoal estar sob investigação não deverá ser utilizado contra nenhuma pessoa ao considerar, por exemplo, a renovação de um contrato”. Sendo assim, a CIDH defende que os princípios desta política deveriam ser respeitados e rechaça a decisão de Luis Almagro de vetar a renovação do mandato de Paulo Abrão.

A Comissão por fim, reafirma a importância de sua autonomia e independência, e reconhece o trabalho realizado por Paulo Abrão durante sua gestão.

<http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2020/224.asp>

A CIDH se pronunciou em relação a situação de vulnerabilidade enfrentada pelas pessoas privadas de liberdade, o que foi exacerbado durante a pandemia. Solicitando então aos Estados que adotem medidas para responder aos problemas dos sistemas penitenciários que foram agudizados pela crise sanitária, principalmente a redução da população carcerária. Diversos países da região têm altas taxas de superlotação em suas prisões e isso aumenta o risco do avanço da Covid-19, além de todos os outros problemas que a superlotação constitui.

<http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2020/212.asp>

A Comissão também se pronunciou para instar aos Estados membros que garantam a disponibilidade e continuidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva para mulheres e meninas durante a pandemia, além de ressaltar o aumento da violência de gênero com as medidas e isolamento social.

<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/217.asp>

A CIDH também chamou atenção para a importância do combate à corrupção e garantia dos direitos humanos através da transparência e da prestação de contas na gestão pública durante a pandemia. A comissão destacou que uma série de acontecimentos ocorreram como consequência da redução de controle devido à situação de emergência, ressaltando ações de corrupção, ausência de informação sobre contratações e compras públicas, falta de critérios de prestação de contas, interrupção no funcionamento dos órgãos judiciais e legislativos, restrições de acesso à informação, entre outros.

<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/223.asp>

Por fim, no dia 16 de setembro, a Sala de Coordenação e Resposta Oportuna e Integrada da CIDH realizou um webinar sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais no contexto da pandemia.

http://www.oas.org/es/cidh/SACROI_COVID19/webinars.asp#prettyPhoto/2/

Resposta ao Movimento dos Não Alinhados (MNA) e do G-77 à COVID 19

Regina Ungerer

Hoje, os países do Movimento dos Não Alinhados são formados por quase dois terços dos Estados Membros das Nações Unidas representando mais da metade da população mundial. Os membros estão particularmente concentrados nos países considerados em desenvolvimento embora o NAM também tenha um número de países desenvolvidos.

O grupo reúne-se regularmente e mantém o secretariado no país que detém a sua presidência. Desde 2019, o secretariado está a cargo do Governo do Azerbaijão. **O site está fora do ar.**

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados.

Atualmente, a República Cooperativa da Guiana ocupa a Presidência do Grupo dos 77 em Nova York para o ano de 2020.

A Cúpula do Sul é o órgão supremo de tomada de decisões do G-77.

Com o início da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA), o Representante da Turquia, o diplomata Volkan Bozkir assumiu a presidência da UNGA para o período de um ano.

O tema principal da UNGA 75 é o multilateralismo.

Em seu discurso inaugural da 75ª UNGA, o secretário geral da ONU, António Guterres destacou a necessidade de solidariedade entre os povos, especialmente porque os países menos capazes de lidar com a COVID-19 receberam muito pouca ajuda. Ele apelou aos 193 Estados-Membros da ONU para avançarem com humildade e unidade face à doença.

Todos os países do MNA e do G-77 fazem parte deste grupo de países.

Aguardaremos as resoluções da 75ª Assembleia Geral da ONU para saber mais sobre as resoluções referentes à COVID 19, especialmente voltadas para os países de média e baixa renda.

Para esse fim, o Secretário-Geral reunirá líderes mundiais para uma reunião para encontrar soluções para financiar o desenvolvimento na era COVID-19.

Resposta do G20 e da OCDE à COVID-19

Luiz Eduardo Fonseca

Nesses 15 dias, o fato mais importante no G20 foi a Declaração da Reunião Conjunta de Ministros das Finanças e da Saúde. O documento deixa margem para entender que os EUA ainda têm força para impor seus interesses. Embora o G20 reconheça a importância dos sistemas de saúde e da OMS, o documento ainda deixa subentendido a importância da ação de cada país e do futuro estudo sobre a avaliação da resposta global à COVID19. Teve início a série de webinars promovido pelo T20 com atenção para os dois primeiros temas: comércio/investimento e clima/meio ambiente. Segue o calendário de seminários até outubro. A OCDE promoveu discussões sobre os dois temas da semana discutidos pelo T20: comércio e clima.

G20

17 de setembro de 2020

Declaração da Reunião Conjunta de Ministros das Finanças & Saúde do G20

[https://g20.org/en/media/Documents/G20%20Joint%20Finance%20Health%20Ministers%20Meeting%20Statement%20-17%20SEP%202020%20\(English\).pdf](https://g20.org/en/media/Documents/G20%20Joint%20Finance%20Health%20Ministers%20Meeting%20Statement%20-17%20SEP%202020%20(English).pdf)

Nossa prioridade coletiva urgente é superar a pandemia COVID-19 e aliviar seus impactos em saúde, sociais e econômicos.

Reconhecemos o **impacto positivo do investimento no sistema de saúde** no fortalecimento da resiliência econômica e do crescimento, tanto na superação da crise atual quanto no longo prazo. Continuamos comprometidos em investir em uma resposta efetiva à pandemia COVID19 para controlar a propagação do vírus e evitar uma transmissão adicional; **minimizando assim a ruptura econômica e social**, reforçando nosso apoio ao retorno ao crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo.

Mobilizamos recursos para atender às necessidades de financiamento em saúde global para apoiar a luta contra a pandemia COVID-19 e incentivar esforços conjuntos, incluindo novas contribuições voluntárias para iniciativas relevantes, organizações e plataformas de financiamento. Enfatizamos a necessidade de uma **resposta global** e a importância de levar adiante nossa **ação coletiva** para acelerar a pesquisa, desenvolvimento, fabricação e distribuição de diagnósticos, terapêuticas e vacinas COVID-19, inclusive por meio da iniciativa **Access to COVID-19 Tools Accelerator (ACT-A)** e sua instalação **COVAX** e licenciamento voluntário de propriedade intelectual, com o objetivo de apoiar o acesso equitativo e acessível para todos, que é fundamental para superar a pandemia e apoiar a recuperação econômica global. Observamos que são necessárias outras ações para atender às necessidades de financiamento. Pedimos aos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) que considerem rapidamente formas de **fortalecer o apoio financeiro ao acesso dos países às ferramentas COVID-19**. Reconhecemos o papel da **ampla imunização contra o COVID-19 como um bem público global** para a saúde na prevenção, contenção e interrupção da transmissão.

Continuamos a tomar medidas coletivas como parte do Plano de Ação do G20 – Apoio à Economia Global através da Pandemia COVID-19. Reiteramos nosso compromisso de responder prontamente às situações de saúde e socioeconômica em

evolução e **impulsionar a cooperação econômica internacional** à medida que navegamos nesta crise e esperamos uma recuperação econômica global forte, sustentável, equilibrada e inclusiva. **Refletiremos os resultados da reunião de hoje no Plano de Ação atualizado do G20, que será apresentado na reunião dos ministros da Fazenda e governadores do Banco Central do G20, em outubro de 2020, e na Cúpula dos Líderes do G20, em novembro de 2020.** Instamos as Organizações Internacionais (OIS), notadamente o FMI e a OCDE, a continuar a integrar dados pandêmicos disponíveis na elaboração de cenários diferentes quanto ao impacto econômico da crise de saúde daqui para frente.

Tomamos nota da avaliação das lacunas na preparação da pandemia que a **Organização Mundial da Saúde (OMS)** empreendeu em cooperação com organizações internacionais relevantes, conforme solicitado pelos líderes do G20 em março de 2020. **Aguardamos o trabalho do Painel Independente de Preparação e Resposta Pandêmica (IPPR) na avaliação da resposta global à saúde à pandemia COVID-19, conforme descrito na Resolução da Assembleia Mundial da Saúde (WHA) sobre o COVID-19.** Reconhecemos o importante papel do sistema e das agências das Nações Unidas, incluindo a OMS, ao considerar as avaliações em curso e a necessidade de fortalecer sua eficácia global, coordenando e apoiando a resposta global à pandemia COVID-19 e aos esforços centrais dos Estados-Membros, conforme descrito na Resolução da Assembleia Mundial da Saúde (WHA) sobre o COVID-19. **Reconhecemos que a pandemia COVID-19 destacou a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde e tem mostrado vulnerabilidades na capacidade da comunidade internacional de prevenir, detectar e responder efetivamente às ameaças pandêmicas.** Isso reforça a necessidade de cumprir compromissos de fortalecimento dos sistemas de saúde, principalmente o aprimoramento da preparação, prevenção, detecção e capacidade de resposta.

Intensificaremos nossos esforços para **apoiar a vigilância pandêmica e a inteligência epidêmica, fortalecer as capacidades do sistema de saúde e apoiar plataformas para acelerar a pesquisa** e o desenvolvimento, para identificar e abordar proativamente novos e ressurgindo patógenos infecciosos. Reafirmamos nosso compromisso com **o pleno cumprimento do Regulamento Sanitário Internacional (IHR 2005)**, para melhorar sua implementação e com o compartilhamento contínuo de dados e informações oportunas, transparentes e padronizados, incluindo sobre medidas de saúde e a eficácia de intervenções não farmacêuticas. Incentivamos formas inovadoras de capturar e compartilhar informações amigáveis aos usuários e à decisão.

Enfatizamos a importância de sistemas de saúde bem funcionais, baseados em valor, inclusivos e resilientes que possam sustentar o acesso equitativo e acessível a serviços de saúde essenciais e de qualidade para todos, especialmente para os mais pobres e vulneráveis. Reafirmamos nosso compromisso com o Entendimento Compartilhado do G20 sobre a **Importância da Cobertura Universal de Saúde (UHC)** Financiamento nos Países em Desenvolvimento para melhorar a resiliência, prevenção, detecção, preparação e resposta dos sistemas de saúde por meio da proteção e investimento em saúde pública. Recordamos nosso compromisso de avançar para alcançar a UHC e **o importante papel dos países em seguir seus próprios caminhos,** em consonância com os contextos e prioridades nacionais para a UHC. Continuaremos a abordar o impacto econômico e social desproporcional da crise sobre as mulheres, os jovens e os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Embora as medidas atuais sejam críticas, **ainda existem grandes lacunas na preparação e resposta da pandemia global**. Por isso, trabalharemos juntos para estabelecer as bases para ações direcionadas para ajudar a responder aos desafios mais imediatos colocados pela pandemia COVID-19 e garantir que o mundo esteja melhor preparado para conter o impacto de futuras crises relacionadas à saúde em consonância com uma abordagem de saúde. **Isso inclui cumprir compromissos anteriores do G20 para combater a resistência antimicrobiana. Integraremos os riscos econômicos de pandemias, doenças infecciosas resistentes a medicamentos, doenças não transmissíveis e riscos de cauda de alto impacto de forma mais sistemática no monitoramento e preparação de riscos globais do G20.** Vamos, com o apoio de IOs relevantes, basear-se em descobertas-chave, lições aprendidas e propor recomendações para resolver as lacunas existentes na preparação e resposta da pandemia global antes da Cúpula de Líderes do G20 em novembro de 2020.

Calendário da Temporada de Cúpulas do T20 - 2020 - Webinars das Forças-Tarefa 17 de setembro – 27 de outubro de 2020 (VER CALENDÁRIO ABAIXO)

Papers (Police briefs) (<https://t20saudiArabia.org.sa/en/briefs/Pages/default.aspx>)

Força Tarefa 1: Relatórios de Política de Comércio, Investimento e Crescimento – 17 de setembro de 2020

Reforma da OMC; Subsídios industriais; Impacto das tecnologias digitais; Implicações comerciais das despesas fiscais; A diversificação da África e a transformação de políticas comerciais

Força-Tarefa 2: Mudanças Climáticas e Meio Ambiente - 22 de setembro de 2020

Painéis:

Economia Circular de Carbono; Economia de Carbono Azul; Ação Climática e Recuperação Econômica pós-COVID-19

Inscrições:

https://kapsarc.zoom.us/webinar/register/WN_WhvpFxScRc6C8jRI2uq5eA/

T20 Summit Season 2020 - Task Force Webinars Calendar

17 september – 27 october 2020

Sept 22, 2020	<i>Webinar_</i> Task Force 2: Climate Change and Environment
Sept 29, 2020	<i>Webinar -</i> Task Force 3: Infrastructure Investment and Financing
Oct 1, 2020	<i>Webinar -</i> Task Force 4: Social Cohesion and the State

Oct 6, 2020	<i>Webinar</i> - Task Force 6: Economy, Employment, and Education in the Digital Age
Oct 8, 2020	<i>Webinar</i> - Task Force 5: The Future of Multilateralism and Global Governance
Oct 13, 2020	<i>Webinar</i> - Task Force 7: G20 Support for SDGs and Development Cooperation
Oct 15, 2020	<i>Webinar</i> - Task Force 8: International Financial Architecture
Oct 20, 2020	<i>Webinar</i> - Task Force 9: Migration and Young Societies
Oct 22, 2020	<i>Webinar</i> - Task Force 10: Sustainable Energy, Water, and Food Systems
Oct 27, 2020	<i>Webinar</i> - Task Force 11: (COVID-19) Multidisciplinary Approaches to Complex Problems
Oct 31-Nov 1, 2020	T20 Summit Season Virtual Conference

OCDE (08/09/2020)

Países devem fazer mais para garantir o desenvolvimento sustentável das atividades oceânicas

<https://www.oecd.org/environment/countries-must-do-more-to-ensure-sustainable-development-of-ocean-activities.htm>

Os países precisam trabalhar juntos para defender o oceano de um aumento constante da temperatura, poluição e excesso de pesca que ameaça sua capacidade de continuar apoiando a vida marinha e fornecendo comida e renda a bilhões de pessoas, de acordo com um novo relatório da OCDE.

Oceano Sustentável para Todos: Aproveitar os benefícios das economias oceânicas sustentáveis para os países em desenvolvimento diz que, com a previsão de que os setores econômicos relacionados com os oceanos cresçam rapidamente na próxima década, é fundamental garantir que esse desenvolvimento ocorra de forma sustentável.

Saúde ambiental e resiliência são fundamentais para a saúde pública

<http://www.oecd.org/coronavirus/en/themes/green-recovery>

A qualidade do ar mais limpa, a água mais saudável, a gestão eficaz dos resíduos e a proteção aprimorada da biodiversidade não só reduzem a vulnerabilidade das

comunidades às pandemias e melhoram a resiliência, mas têm o potencial de impulsionar a atividade econômica, gerar renda, criar empregos e reduzir as desigualdades.

Uma recuperação verde é uma estratégia ganha-ganha e os governos têm uma oportunidade única na vida de garantir uma recuperação sustentável se: a) Intensificar as ações para uma recuperação verde e inclusiva; b) Acelerar a transição para uma economia de baixas emissões; c) Aproveitar o financiamento na recuperação verde; d) Investir no progresso através de dados pertinentes, comparáveis e oportunos.

16/9/20

Construção de confiança é crucial em meio a uma recuperação econômica incerta

<https://www.oecd.org/economy/building-confidence-crucial-amid-an-uncertain-economic-recovery.htm>

Com a pandemia COVID-19 continuando a ameaçar empregos, empresas e a saúde e o bem-estar de milhões em meio a uma incerteza excepcional, a confiança será crucial para garantir que as economias se recuperem e se adaptem, diz a Perspectiva Econômica Provisória da OCDE. Após um colapso sem precedentes no primeiro semestre do ano, a produção econômica recuperou-se rapidamente após a flexibilização das medidas de contenção e a reabertura inicial das empresas, mas o ritmo de recuperação perdeu algum impulso mais recentemente. Novas restrições que estão sendo impostas em alguns países para combater o ressurgimento do vírus provavelmente atrasarão o crescimento, diz o relatório.

Resposta do BRICS à Covid-19

Claudia Hoirisch

Reunião de MRE do BRICS - 4 /09/2020 e vacina da Rússia

Os MRE dos países BRICS se reuniram em videoconferência em 4/09/2020⁷ para tratar de questões internacionais e regionais nas esferas política, econômica, de saúde e P,D&I, além de analisarem o progresso das atividades intra-BRICS. Discutiram as possibilidades de apoio mútuo de suas iniciativas e uma cooperação mais estreita na 75^a sessão da Assembleia Geral da ONU.

Os chanceleres lembraram as decisões da Declaração de Ufa (2015) para intensificar os esforços conjuntos no combate aos riscos de novas doenças infecciosas e enfatizaram a importância de aumentar a contribuição dos países do BRICS para a segurança internacional da saúde.

Relembrou a decisão da Declaração de Johannesburgo (2018) de estabelecer o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS e estimularam sua operacionalização.

Os Ministros ressaltaram o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) no financiamento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável e sua contribuição aos esforços dos Estados do BRICS para abordar as consequências econômicas e de saúde da pandemia Covid-19. No total, US\$ 4 bi já foram alocados para projetos de assistência à recuperação das economias do BRICS, com todo o pacote de ajuda chegando a US\$ 10 bilhões. Reconheceram o progresso feito pelo NDB nos trabalhos preparatórios para a expansão oportuna de seu quadro de membros.

A 12^a Cúpula BRICS está prevista para acontecer no outono de 2020.

Vacina Russa-BRICS

O chanceler russo, Sergei Lavrov, declarou na reunião com diplomatas do BRICS (4/9/2020)⁸ que a Rússia está pronta para compartilhar sua experiência no desenvolvimento da vacina e tratamentos contra COVID-19 com seus parceiros do BRICS.

A vacina Sputnik V⁹ contra o coronavírus, desenvolvida pelo Centro Nacional de Pesquisa de Epidemiologia e Microbiologia Gamalei e pelo Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF) usa dois vetores adenovirais - Ad5 e Ad26, foi registrada na Rússia em 11/8 e apesar da boa vontade daquele país, no momento, os especialistas internacionais dizem que os testes foram estreitos demais para provar eficácia e segurança.

Dois testes da vacina foram conduzidos entre junho e julho. Cada um envolveu um número reduzido de voluntários saudáveis (38) que receberam uma dose da vacina e um reforço

⁷ MRE, 2020. Itamaraty. Declaração para a mídia - Reunião de Ministros das Relações Exteriores / Relações Internacionais do BRICS. 04/09/2020. <http://www.itamaraty.gov.br/en/press-releases/21715-media-statement-meeting-of-the-brics-ministers-of-foreign-affairs-international-relations-4-september-2020>

⁸ <https://br.sputniknews.com/russia/2020090416032056-russia-esta-pronta-para-compartilhar-experiencia-de-vacina-contracovid-19-com-brics-diz-lavrov/>
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/saude/noticia/2020-08/parana-plans-hold-phase-3-tests-russian-covid-19-vaccine>

⁹ Gam-COVID-Vac, que utiliza adenovírus com vetores 26 na 1^a dose e 5 na 2^a. O governo russo planeja administrar a vacina em 40 mil voluntários. A vacina russa é uma injeção intramuscular em duas doses. A segunda dose deve ser aplicada 21 após a primeira.

vacinal, três semanas depois. Os participantes, com idades entre 18 e 60 anos foram monitorados por 42 dias e todos desenvolveram anticorpos em três semanas. Uma terceira fase de testes envolverá 40.000 voluntários de diferentes idades e grupos de risco.

Colaboração científica: Sputnik V, testes no Brasil e transferência de tecnologia

Autoridades russas participaram de uma audiência realizada por videoconferência da Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 da Câmara dos Deputados (26/8) que teve como objeto a vacina Sputnik V. O CEO do Fundo de Investimento Russo Kirill Dmitriev para discutir a possibilidade de condução de testes fase 3 no Brasil e o Instituto de Tecnologia do Paraná Jorge Callado (TecPar) mostrou interesse em conduzi-los para posterior produção de vacina no país. O Tecpar está passando por projetos de ampliação e a TT deverá fazer parte do acordo¹⁰.

Na ocasião, o embaixador da Rússia no Brasil, Sergey Akopov disse que o Brasil pode servir de plataforma de produção e distribuição do imunizante para a América Latina e que a Rússia também pretende estabelecer acordo com a Índia.

Situação atual

O governo paranaense firmou acordo de cooperação com o Fundo Russo de Investimento Direto (RFPI) para a realização de testes, produção e distribuição da vacina em território brasileiro. Os testes clínicos fase 3 serão realizados em território brasileiro depois da Anvisa receber os dados das fases 1 e 2 e tem duração prevista de 6 meses, após o qual espera-se que a vacina obtenha registro definitivo. A fabricação da vacina em território brasileiro será feita possivelmente via consórcio.

¹⁰ BRASIL, 2020. Audiência pública da Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19. 26/08/2020.

Resposta da América Latina e Caribe à COVID-19**Sebastián Tobar e Carlos Linger**

Até o dia 21 de setembro, **15.581.329** casos positivos, **530.381** óbitos e **9.770.854** já tem se recuperado na região das Américas, que continua sendo o epicentro da pandemia.

O número de casos COVID-19 tenha diminuído em alguns dos pontos críticos em nossa Região. Mais países como nos Estados Unidos tem se observado uma redução no número de casos notificados semanalmente, embora esses números nacionais mascarem o fato de que uma vez que ainda existem áreas dentro do país que relatam aumentos diários no número de casos COVID-19. A situação dentro de diferentes países é mais complicada.

Na América do Sul, em algumas áreas da Colômbia ao longo da fronteira com a Venezuela, os casos se multiplicaram em mais de dez nas últimas duas semanas e vemos padrões semelhantes surgindo em algumas áreas da Argentina. No Caribe, muitas ilhas maiores, como Jamaica, Bahamas e República Dominicana, também estão passando por picos dramáticos em algumas áreas.

A taxa de mortalidade também está aumentando em alguns lugares do México. E estamos vendo tendências semelhantes em partes do Equador, Costa Rica e Bolívia, onde as mortes por COVID-19 continuam aumentando.

Quadro Nº 1: América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos á 21 de setembro de 2020

	País	Casos Confirmados	Falecimentos	Recuperados	População em Miles
Norte América	Canadá	142.774	9.211	124.187	37.742
	Estados Unidos	6.703.698	198.094	2.574.793	328.000
	México	694.121	73.258	496.224	128.933
Total Norte América		7.540.593	280.563	3.195.204	494.675
Sul América	Argentina	622.934	12.909	488.231	45.196
	Bolívia	130.470	7.586	89.032	11.501
	Brasil	4.528.240	136.532	3.820.095	212.559
	Chile	446.274	12.286	416.746	19.116
	Colômbia	758.398	24.039	626.685	50.883
	Equador	126.419	11.090	102.852	17.643
	Paraguai	33.015	636	17.535	7.183
	Peru	762.865	31.369	607.837	32.972
	Uruguai	1.904	46	1.612	3.474
Venezuela	66.656	547	56.096	28.436	
Total Sul América		7.477.175	237.040	6.230.721	691.644
Centro América	Belize	1.606	20	876	398
	Costa Rica	63.712	706	23.552	5.094
	El Salvador	27.712	811	21.561	6.486
	Guatemala	85.444	3.119	74.859	17.916
	Honduras	71.143	2.166	21.810	9.905
	Nicarágua	3.979	2.247	3.689	6625
	Panamá	105.601	2.247	80.190	4.315
Total Centro América		359.038	9.216	226.537	37.742
	Cuba	5.091	118	4.412	11.327

Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Haiti		8.600	221	6.363	11.403
	República Dominicana		108.289	2.047	81.668	11.630
	Resto dos Países do Caribe Islãs y Territórios		82.543	1.176	25.949	10.901
Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico			204.523	3.562	118.392	45.261
TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS			15.581.329	530.381	9.770.854	

Fuente: <https://ais.paho.org/hip/viz/COVID19Table.asp> . Acesso 21 de setembro de 2020

SICA: 199 Anos da Independência de Centro América

O Dia 16 de setembro de 2020, em meio a uma crise de saúde gerada pelo COVID-19, os presidentes centro-americanos Alejandro Giammattei (Guatemala); Nayib Bukele (El Salvador), Juan Orlando Hernández (Honduras); Daniel Ortega (Nicarágua) e Carlos Alvarado Quesada (Costa Rica), celebraram com fervor, alegria e esperança as festas cívicas dos 199 anos de independência da América Central. Além disso, esta celebração é importante porque a América Central se prepara para comemorar em 2021, os 200 anos da Independência da Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica, uma data histórica que coincide com o 30º aniversário da criação do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA)¹¹.

Em relação ao próximo Bicentenário da América Central, o Secretário Cerezo destacou que essas celebrações constituem o cenário ideal para refletir sobre os avanços e desafios do processo de integração regional, para atuar com maior determinação pela recuperação da região.

Para comemorar os 200 anos da Independência e o 30º aniversário da criação do SICA, foi instalado um grupo de trabalho para planejar e coordenar as atividades a serem realizadas em conjunto com os países membros, a fim de promover o resgate da memória histórica e uma projeção para o futuro face aos desafios que se colocam como região.

A promoção dessas ações atende ao mandato dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros do SICA, emitido em junho de 2018, com base na “Declaração Especial sobre os Desafios para o Fortalecimento do Marco Institucional do SICA no Bicentenário da Independência da América Central e do 30º Aniversário do SICA”, onde esta celebração foi considerada um acontecimento histórico que plantou as sementes para a construção de sociedades livres, democráticas e soberanas, em benefício dos povos.

Em 17 de setembro de 2020¹², o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), por meio do Centro de Coordenação de Prevenção de Desastres na América Central e República Dominicana (CEPREDENAC) e a Secretaria de Integração Turística Centro-Americana (SITCA), assinaram um memorando de entendimento no qual estabelecem as bases gerais da

¹¹ https://www.sica.int/noticias/centroamerica-celebra-199-anos-de-independencia_1_123765.html

¹² https://www.sica.int/noticias/instancias-especializadas-del-sica-firman-acuerdo-para-mejorar-la-gestion-del-riesgo-de-desastres-en-el-sector-turistico-regional_1_123784.html

colaboração técnica para atuar intersetorialmente na área da gestão integral do risco de desastres em ações que contribuam para a sustentabilidade do setor turístico regional.

O objetivo do acordo é gerar hotéis e destinos turísticos resilientes, endossados pelos países membros da região, aumentando a resiliência dos destinos turísticos vulneráveis a desastres na América Central por meio de alianças público-privadas na gestão da redução de riscos.

Reunião Conjunta do G20 de Ministros da Saúde e Economia

Em dia 17 Setembro de 2020 tem se reunido os Ministérios da Saúde e de Finanças e tem emitido uma Declaração Conjunta com 8 pontos. O primeiro aponta a *“prioridade coletiva urgente é superar a pandemia COVID-19 e aliviar seus impactos sociais, econômicos e de saúde”*, expressando a necessidade de *“usar todas as ferramentas políticas disponíveis para salvaguardar a vida, o emprego e a renda das pessoas, apoiar a recuperação econômica global e aumentar a resiliência dos sistemas financeiros e de saúde, ao mesmo tempo protegendo contra os riscos negativos”*.

No **segundo ponto**: faz uma chamada ao investimento *“em uma resposta eficaz à pandemia de COVID-19 para controlar a disseminação do vírus e prevenir futuras transmissões; assim, minimizando a ruptura econômica e social ao mesmo tempo em que reforçamos nosso apoio para retornar a um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo”*.

No **terceiro ponto** fez um chamamento à mobilização de recursos para atender às necessidades de financiamento da saúde global para apoiar a luta contra a pandemia COVID-19 e encorajar esforços conjuntos, incluindo mais contribuições voluntárias para iniciativas, organizações e plataformas de financiamento relevantes. Também enfatiza a *“necessidade de uma resposta global e a importância de levar adiante nossa ação coletiva para acelerar a pesquisa, o desenvolvimento, a fabricação e a distribuição de diagnósticos, terapêuticas e vacinas COVID-19, inclusive por meio do Acelerador de Ferramentas de Acesso ao COVID-19 (ACT- A) iniciativa e sua facilidade COVAX e licenciamento voluntário de propriedade intelectual, com o objetivo de apoiar o acesso equitativo e acessível para todos, que é a chave para superar a pandemia e apoiar a recuperação econômica global”*.

O **ponto 4** reitera o caminho de realizar ações coletivas como parte do Plano de Ação do G20.

O **ponto 5** levanta as lacunas na preparação para pandemia que a Organização Mundial da Saúde (OMS) realizou em cooperação com organizações internacionais relevantes e destaca as necessidades de fortalecer os sistemas de saúde superando as vulnerabilidades na capacidade da comunidade internacional de prevenir, detectar e responder com eficácia às ameaças de pandemia (capacidade de preparação, prevenção, detecção e resposta).

O **ponto 6** expressa o compromisso de intensificar os esforços para apoiar a vigilância de pandemias e inteligência epidêmica, fortalecer as capacidades do sistema de saúde e apoiar plataformas para acelerar a pesquisa e o desenvolvimento, para identificar e abordar proativamente novos patógenos infecciosos e ré emergentes (RSI, 2005) e arranjos inovadoras de capturar e compartilhar informações fáceis de usar e de fácil decisão.

O **ponto 7** enfatiza o *“compromisso com o Entendimento Compartilhado do G20 sobre a Importância do Financiamento da Cobertura Universal de Saúde (UHC) nos países em desenvolvimento para melhorar a resiliência, prevenção, detecção, preparação e resposta dos sistemas de saúde por meio da proteção e investimento na saúde pública”*.

Finalmente, o **ponto 8** aponta ao trabalho conjunto para ajudar a responder aos desafios mais imediatos colocados pela pandemia COVID-19 e garantir que o mundo esteja melhor

preparado para conter o impacto de futuras crises relacionadas à saúde em linha com “*One Health*”; combater a resistência antimicrobiana, superar lacunas existente na preparação e resposta à pandemia global.

A reunião foi realizada em preparação para a próxima Cúpula dos Líderes do G20, que acontecerá em novembro de 2020.

Organismo Andino de Saúde Convenio Hipólito Unanue- ORAS CONHU

O ORAS CONHU continua impulsionando um conjunto de webinários semanais sobre diferentes temas vinculados a pandemia da Covid-19:

Em 22 de Setembro realizou o webinar: “*Hacia una nueva normalidad: Reflexiones necesarias para un sistema de salud post pandemia*”. Com a participação de atores da academia dos países Andinos e da OPAS.

Em 15 de Setembro apresentou a “*Situación Actual de la pandemia por COVID-19 a nivel mundial, con un análisis especial en los países andinos*”. O relatório fica disponível em: <http://orasconhu.org/portal/sites/default/files/Sala%20de%20COVID-19%20ORASCONHU%2014-09-2020.pdf>

Em conjunto com a Comissão de Ministros de Saúde de Centro América e República Dominicana - COMISCA organizou para dia 24 de setembro o “*Dialogo Intergeneracional sobre la Prevención del Embarazo Adolescente*”. Trata-se de uma iniciativa inter agencial com participação da OPAS e o UNFPA.

Organismo de Tratado de Cooperação Amazônica- OTCA

Em 15 de setembro, o vice-presidente da República do Brasil e o presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, Hamilton Mourão, reuniu-se, no Palácio do Planalto, com a secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Alexandra Moreira¹³.

No encontro, o vice-presidente confirmou o compromisso estratégico do governo brasileiro com o fortalecimento da OTCA, mencionando a reativação da Comissão Nacional Permanente de Cooperação Amazônica, no âmbito do Conselho Nacional da Amazônia Legal. A Comissão tem o título de Comissão da OTCA. Para o Brasil, estão em pleno vigor as premissas do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), bem como o arcabouço institucional que o TCA confere à cooperação para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, por meio da OTCA.

OTCA e IRD assinam Memorando de Entendimento para promover colaboração e troca de informações na Região Amazônica¹⁴

A secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Alexandra Moreira e a presidente do Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento (IRD), Valérie Verdier, assinaram um Memorando de Entendimento com o objetivo de aprimorar a colaboração e o intercâmbio de informações sobre atividades e iniciativas nas áreas de saúde, mudanças climáticas, povos indígenas e comunidades locais, biodiversidade e ecossistemas e outros temas relacionados, como mudanças globais e desenvolvimento sustentável no Bioma Amazônia.

¹³ <http://www.otca-oficial.info/news/details/975>

¹⁴ <http://www.otca-oficial.info/assets/documents/20200911/8f61bb116a91d9126a8c298e1b248d53.pdf>

Este Memorando de Entendimento, assinado em 8 de setembro, permite aumentar a capacidade institucional de pesquisa dos Países Membros da OTCA para participar de atividades relacionadas às redes científicas do IRD, especialmente em programas e iniciativas de capacitação.

A "Coordenação de Intervenções em Saúde para Povos Indígenas na Tríplice Fronteira do Peru, Brasil e Bolívia (MAP) em face da Emergência COVID-19", foi o tema de encerramento de uma série de quatro webinars sobre saúde indígena, organizada pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e pela Organização Pan-Americana da Saúde - Programa Sub-regional para a América do Sul (OPAS-SAM).

O último webinar foi desenvolvido o 4 de setembro com o propósito de completar as informações sobre as ações nacionais e regionais que foram realizadas com os diferentes atores do território amazônico, no que se refere à saúde e, em particular, com foco nas populações vulneráveis visando o desenvolvimento de uma agenda comum de acompanhamento do trabalho em benefício dessas populações. Pode se acessar ao webinar em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ftk1SS9BA4>

A crise provocada pela pandemia do coronavirus (COVID-19) é uma oportunidade para alcançar amplo consenso social e político que permita implementar reformas ambiciosas com o fim de empreender um processo de reconstrução sustentável e igualitário, afirmou Alicia Bárcena, Secretaria Executiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

La alta funcionaria de las Naciones Unidas participó en la Cuarta Reunión de Altas Autoridades del Grupo de Trabajo Conjunto de Cumbres (GTCC) sobre el Impacto del COVID-19 en las Américas, organizada por la Organización de Estados Americanos (OEA), en la que subrayó la importancia de la integración regional para la recuperación de la crisis.

La reunión fue inaugurada por el Embajador Michael G. Kozak, Secretario de Estado Adjunto en funciones de la Oficina para el Hemisferio Occidental del Departamento de Estado de los Estados Unidos, en su calidad de Presidente de la Cumbre de las Américas, y Luis Almagro, Secretario General de la OEA. Intervino también Carissa F. Etienne, Directora de la Organización Panamericana de la Salud (OPS).

Durante su intervención, Alicia Bárcena destacó que reconstruir mejor significa poner la igualdad y la sostenibilidad ambiental en el centro de la fase de recuperación.

“Para ello necesitamos un liderazgo global que permita avanzar hacia un pacto social entre los sectores público y privado, y la sociedad. Lo que decidamos ahora será clave para las próximas décadas”, afirmó.

La máxima representante de la CEPAL señaló que la desigualdad define a América Latina y el Caribe y la pandemia impactó a la región más fuertemente debido a la fragmentación de los sistemas de salud, la protección social y las brechas estructurales históricas.

Recordó que la CEPAL calcula que la contracción del crecimiento de la región será de -9,1% con una caída de las exportaciones de -23%. El desempleo alcanzará un total de 44 millones de personas.

La pobreza sumará a 45 millones de personas adicionales llegando a un total de 231 millones. Y de ellas, 96 millones caerán en pobreza extrema con riesgos altos de subalimentación y desnutrición.

Unos 40 millones de hogares no tienen conectividad digital y la mitad de ellos están en los quintiles más pobres. Además, 46% de niños, niñas y adolescentes entre 5 y 12 años no pueden realizar teleeducación.

“Es urgente avanzar en pactos políticos, justos e inclusivos para lograr la universalización del sistema de protección social”, expresó.

Alicia Bárcena resaltó la importancia de lograr una transición hacia energías renovables con inversiones generadoras de empleo y advirtió que la matriz energética basada en energía renovable en la región es de 25%, con tan solo un 5% de energías renovables más allá de las hidroeléctricas.

“Este es un tema central pues la demanda de energía crecerá 91% en los próximos 30 años. La estabilidad y flexibilidad de los sistemas eléctricos en la región requerirán acciones regulatorias y políticas públicas para incentivar inversiones privadas”, afirmó.

Alicia Bárcena se refirió también al impacto de la pandemia en el turismo y sus efectos particularmente fuertes en el Caribe donde, para varias economías, el sector turístico representa más del 26% del PIB.

Precisó que la caída del turismo podría provocar una disminución de 8 y 1 puntos porcentuales del PIB en los países del Caribe y de América Latina, respectivamente, y una contracción del empleo total de 9 puntos en el caso del Caribe y de 2 puntos en América Latina.

“Al diseñar estrategias de recuperación, los gobiernos de la región deben aumentar la diversificación del sector e intensificar la colaboración para mantener las redes de transporte transfronterizas tan abiertas como sea posible, para elaborar directrices y protocolos conjuntos para restablecer los viajes y el turismo”, señaló.

La alta funcionaria subrayó también la necesidad de implementar medidas de financiamiento sostenible para la recuperación pospandemia. Indicó que, junto a las medidas para asegurar que las crisis de liquidez no se conviertan en crisis de solvencia, como la emisión y reasignación de derechos especiales de giro (DEG) a los países de ingresos medios, y la ampliación de la Iniciativa de Suspensión del Servicio de la Deuda del G-20 hasta 2021, con una ampliación de los requisitos para incluir a los países de ingresos medios y pequeños Estados insulares en desarrollo, se necesitan urgentemente mecanismos para financiar la recuperación verde y la resiliencia climática.

En ese sentido, recordó la propuesta de la CEPAL de establecer un Fondo de resiliencia para los pequeños Estados insulares en desarrollo del Caribe, como un servicio regional para las inversiones de capital necesarias para fomentar la resiliencia económica y climática.

Finalmente, Alicia Bárcena afirmó que esta crisis demuestra claramente la pertinencia de cambiar el paradigma de desarrollo en consonancia con los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030.

“Para superar la crisis y erradicar la pobreza necesitamos un cambio de modelo de desarrollo, entendido como un cambio estructural progresivo con un gran impulso ambiental. Es urgente reconstruir mejor con igualdad y sostenibilidad ambiental”, concluyó.

Resposta da Região Africana à COVID-19

Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg

A cooperação entre a *Public Health England* (PHE) e o CDC África ¹⁵

O CDC África, em parceria com o Projecto de Melhoria do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) da Saúde Pública de Inglaterra (PHE), lançou uma nova ferramenta baseada na web, **AVoHC Net**, para facilitar a rápida implantação e melhor administração de um grupo de trabalho em estado de alerta para emergências de saúde pública em toda a África.

Segundo o CDC África, a ferramenta irá facilitar particularmente o acesso fácil e rápido a perfis atualizados de membros do Corpo de Saúde Voluntário Africano (AVoHC); troca de informações relevantes com parceiros para resposta a emergência de saúde pública; formação e capacitação em preparação, gestão e resposta a desastres; e o acesso a perfis de saúde específicos de cada país para o mapeamento de risco e avaliação de vulnerabilidade.

“Com esta ferramenta, que permite manter um repositório atualizado de diferentes grupos de trabalho no terreno, o CDC África será capaz de colocar rapidamente o pessoal necessário com urgência em qualquer parte do continente com o mínimo de atraso. Estamos muito satisfeitos em apoiar este trabalho”, afirmou o Chefe da equipe do Regulamento Sanitário Internacional da Public Health England (PHE).

Após o surto do vírus Ébola em partes da África Ocidental em 2014, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana pela Decisão No. Assembly/AU/Dec.570 (XXV) de junho de 2015 autorizaram a criação de AVoHC como um grupo de trabalho em estado de alerta multidisciplinar para apoiar a resposta a emergências de saúde pública em qualquer parte do continente.

Desde a sua criação, o número de membros do AVoHC aumentou para mais de 800 efetivos, com especialistas nas áreas de epidemiologia, laboratório, logística, comunicação, ciências sociais, saúde ambiental, saúde animal e gestão. Alguns desses efetivos foram destacados pela União Africana para apoiar a resposta ao surto do Ébola na África Ocidental. Com a criação do CDC África e no cumprimento do seu mandato para a implementação do seu marco operacional (Operational Framework), o CDC África assumiu a gestão do AVoHC em 2017 para melhorar a sua capacidade de resposta às necessidades dos Estados-Membros da União Africana durante emergências de saúde pública. Desde então, os membros dessa equipe apoiaram a resposta ao surto do Ébola na República Democrática do Congo e, atualmente, para apoiar a resposta à pandemia de COVID-19 em alguns países africanos. Dada a importância do AVoHC para a África e a diversidade de seus membros, ele permitirá a expansão sistemática e capacitação, contribuindo assim para a realização da agenda de desenvolvimento do grupo de trabalho de saúde pública do CDC África.

“O CDC África está a enviar trabalhadores comunitários e profissionais de saúde em diferentes países para ajudar a combater a pandemia da COVID-19, mas há necessidade de fazê-lo mais rapidamente e de forma mais coordenada. Também é preciso conhecer as necessidades de capacitação para o pessoal que estão sendo destacados e sermos capazes de oferecer a formação de forma adequada. Com o AVoHC Net, estaremos numa posição melhor para oferecer apoio de desenvolvimento do grupo de trabalho direcionado para emergências de saúde pública

¹⁵ <https://africacdc.org/wp-content/uploads/2020/09/Press-Release-on-AVOHC-NET-PORT.pdf>

como parte integrante da agenda de reforço dos sistemas de saúde para a África”, disse o Director do CDC África.

Vale destacar que o **Projeto de Melhoria do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)** promovido pela *Public Health England (PHE)* é financiado pelo governo do Reino Unido, visando contribuir para o fortalecimento de capacidade para o cumprimento do RSI em países e regiões selecionados. Por coincidência, essa parceria entre a PHE e o CDC, visando capacitar os países para o cumprimento do RSI, demonstra a pertinência dessa temática tal qual apresentada e discutida nesta semana na reunião virtual quinzenal da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP-CPLP).

Uma parceria para resposta à COVID-19 baseada em provas (Partnership for Evidence-based Response to Covid-19 (PERC))

Ao longo desta crise sanitária, constatamos que o CDC África vem multiplicando parcerias e iniciativas no continente. Chamou-nos a atenção “A Parceria para uma Resposta ao COVID-19 Baseada em Provas (PERC) que é uma parceria público-privada que apoia medidas baseadas em provas para reduzir o impacto da COVID-19 em Estados-Membros da União Africana.

As organizações membros da PERC incluem:

- CDC África
- *Resolve to Save Lives* (Decisão de Salvar Vidas), uma iniciativa da *Vital Strategies*;
- Organização Mundial de Saúde
- *Public Health Rapid Support Team* (Equipa de Assistência Rápida à Saúde Pública) do Reino Unido
- Fórum Económico Mundial
- A *Ipsos* e a *Novetta Mission Analytics* proporcionam à essa parceria os seus conhecimentos periciais sobre a pesquisa de mercado e anos de apoio em termos de dados analíticos

A referida parceria é justificada nos seguintes pressupostos: as medidas sociais e de saúde pública constituem uma estratégia importante para reduzir a transmissão da COVID-19 e diminuir a sobrecarga dos sistemas de saúde. Contudo, a aplicação eficaz dessas medidas não só requer o apoio e a adesão do público, mas também pode constituir um entrave significativo para as pessoas, sobretudo quando ela limita a circulação ou impõe o encerramento dos serviços.

Os relatórios de síntese são publicados após uma análise da situação baseada em dados publicamente disponíveis e numa sondagem telefónica, tendo como objetivo informar os esforços envidados por determinado Estado-Membro no sentido de equilibrar as medidas sociais e de saúde pública para mitigar a pandemia com outras prioridades, incluindo a aceitação pública e os impactos sociais.

Até agora, os relatórios de síntese foram publicados sobre: África do Sul, Camarões, República Democrática do Congo (RDC, em inglês e francês), Egito, Etiópia, Gana, Guiné Conacri (inglês e francês), Costa do Marfim (inglês e francês), Quênia, Libéria, **Moçambique** (inglês e português¹⁶), Nigéria, Senegal (inglês e francês), Sudão, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Quando o idioma de um Estado-Membro é inglês, o relatório é apresentado apenas nesse idioma e quando é diferente do inglês, é apresentado em inglês e num segundo idioma oficial desse Estado-Membro (francês ou português).

¹⁶ https://preventepidemics.org/wp-content/uploads/2020/05/CCC_125P_PHSMS_Implementac%CC%A7a%CC%83o-Eficaz-de-Medidas-Sociais-e-de-Sau%CC%81de-Pu%CC%81blica-em-Moc%CC%A7ambique.pdf

Além de relatórios por país, existem também relatórios regionais, nomeadamente Responding to Covid-19 in Africa using data to find a balance (em inglês e francês) e PERC brief on Public Health and Social Measures (PHSM, apenas em inglês)¹⁷.

O CDC África e a OMS/AFRO lançam rede de laboratórios de sequenciamento de genomas em África (The Covid-19 Sequencing Network Laboratories)

Doze laboratórios especializados e de referência regional vão fornecer serviços de sequenciamento, análise de dados e outros serviços de apoio técnico aos países onde estão localizados, bem como aos países vizinhos e das suas sub-regiões.

"Ao continuarmos a enfrentar a pandemia da COVID-19 em África, sermos capazes não só de acompanhar a sua evolução, mas também de avaliar a possível mutação do vírus é crucial para montar uma resposta eficaz", disse a Diretora Regional da OMS para África. "Através desta nova rede laboratorial dedicada ao sequenciamento do genoma podemos contribuir para o desenvolvimento de vacinas e tratamentos adaptados aos africanos e, eventualmente, colocar a COVID-19 sob controle".

De acordo com a informação disponível, esse sequenciamento contínuo já está a fornecer informação crucial para determinar o tipo de linhagem SARS-CoV-2 que circula nalguns países. Demonstrou que a maioria dos genomas da SARS-CoV-2 que circulam em África são atribuídos à linhagem B.1 que emergiu da epidemia na Europa.

Em África, foram identificadas 10 linhagens e produzidos mais de 80.000 genomas sequenciados a nível mundial. O agrupamento de vírus de diferentes países na mesma linhagem ou sub-linhagem indicou uma ligação ou importação de vírus entre países. Países como a República Democrática do Congo (RDC) e a África do Sul estão a sofrer uma transmissão localizada, enquanto na RDC há também a importação de casos do Gana, Marrocos e Senegal.

"Em 2019, o CDC África lançou o Instituto de Genômica Patogénica para apoiar a sua integração com a bioinformática na vigilância da saúde pública, deteção de surtos e investigações e melhorar o controlo e prevenção de doenças em África. A criação da rede de sequenciamento COVID-19 ajudará a melhorar a vigilância no continente e ajudará os países a gerir e controlar eficazmente a pandemia. Dado que a curva pandémica COVID-19 se achata em África, temos de estar preparados para um possível ressurgimento como já foi observado em alguns países. Com a sequência genômica podemos ter uma melhor compreensão da pandemia através de uma identificação mais precisa dos clusters de transmissão", disse o Director do CDC África.

O CDC África e a OMS/AFRO, juntamente com outros parceiros, estão a fornecer aos Estados-Membros equipamento de sequenciamento, reagentes e apoio técnico para acelerar o sequea sequenciamento genômico do SARS-CoV-2 em África. Um total de 2016 sequenciamentos de 18 países africanos - Argélia, República do Benin, Camarões, RDC, Egipto, Gâmbia, Gana, Quênia, Madagáscar, Mali, Marrocos, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Tunísia, Uganda, e Zâmbia - já foram gerados.

Esta parceria entre a OMS e o CDC África para estabelecer uma rede de laboratórios de sequenciamento de COVID-19 é muito importante para determinar a resposta a uma dada estirpe de SARS-CoV-2 e para ajudar os países a gerir a transmissão local ou importada¹⁸.

¹⁷ <https://preventepidemics.org/covid19/perc/>

¹⁸ <https://africacdc.org/news-item/covid-19-genome-sequencing-laboratory-network-launches-in-africa/>

Cooperação entre o CDC África e a *Foundation for Innovative New Diagnostics (FIND)*

Tanto o CDC África como a FIND fazem parte de duas iniciativas, respetivamente: (a) *ACT-Accelerator Diagnostics Pillar e the Partnership to Accelerate COVID-19 Testing (PACT)*; (b) *the Access to COVID-19 Tools (ACT) Accelerator Diagnostics Pillar*. Foi nesta qualidade que ambas as organizações anunciaram sua parceria para criar capacidades para a introdução de novos testes rápidos de alta qualidade, prevendo-se estarem disponíveis para breve. Este anúncio assenta numa relação de longa data entre as duas organizações e que estabeleceu ligações com parceiros locais em todo o continente, tendo recentemente sido formalizada a assinatura de um *Memorando de Entendimento* para impulsionar o acesso a diagnósticos em África¹⁹.

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Os impactos da Covid-19 nos setores da Meteorologia, dos transportes e comércio

Como os demais sectores, o sector de Meteorologia tem sido severamente afetado pela pandemia. A implementação de projetos de fortalecimento dos serviços de informação climática para o desenvolvimento de resiliência a catástrofes (*The Southern African Climate Information Services for Disaster Resilience development -SARCIS-DR*) acusou grande atraso em relação ao previsto. Tudo porque tem havido um atraso significativo na entrega de equipamento meteorológico como servidores informáticos de alto desempenho, sistemas de comutação automática de mensagens e estações meteorológicas automáticas, adquiridos para os Estados-Membros dessa Comunidade. O sector de Meteorologia negociou com os Fornecedores para virtualmente inspecionar, instalar e colocar em funcionamento os equipamentos nos Estados-Membros beneficiários para aumentar a sua capacidade de previsão do tempo e da modelação do clima para apoiar a resposta à redução do risco de desastres naturais.

No âmbito dos transportes e facilitação de comércio, alguns Estados-Membros ainda não harmonizaram o seu quadro legal e diretrizes para a circulação de bens e serviços com as diretrizes da SADC, o que resulta em longas filas e atrasos nas fronteiras, aumentando assim o custo do transporte. Estes atrasos nas fronteiras estão sendo exacerbados por uma limitada capacidade de realizar testes em alguns Estados-Membros, resultando em condutores e suas equipes aguardarem nas fronteiras por um longo período. Embora as diretrizes da Comunidade determinem que os resultados negativos dos testes são válidos por 14 dias, alguns Estados-Membros insistem no período de validade de apenas 3 dias, aumentando assim a necessidade de testes e causando atrasos nas fronteiras. Os operadores de transportes transfronteiriços tiveram, em alguns casos, de desviar os caminhões das vias dos países que exigem testes mais frequentes (de 3 em 3 dias) para outras vias, mesmo que essas alternativas fossem as mais distantes.

Mais informações sobre a SADC podem ser lidas no boletim de setembro que, por enquanto, não foi traduzido para o português²⁰.

¹⁹ <https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-find-partner-to-build-capacity-for-covid-19-rapid-diagnostic-tests-in-africa/>

²⁰ https://www.sadc.int/files/8616/0034/8253/COVID-19_12th_Report_EN_mail.pdf

Resposta da Europa à COVID-19

Ana Helena G. de L. Freire

A Europa vem experimentando o **aumento dos casos de transmissão**, que para a OMS é alarmante²¹, enquanto para seu braço regional europeu, pode estar ligado ao aumento da testagem, mas não deve servir de desculpas para cair no relaxamento²². O número de casos em setembro é superior ao número de casos de março/abril. A pergunta trazida pelo ECDC é se estão em uma segunda onda ou em uma segunda fase da primeira²³.

A OMS Europa segue recomendando a **quarentena** de 14 dias para todos aqueles que já estiveram em contato com o vírus, mas os países europeus vêm flexibilizando esta abordagem: na França, o tempo de isolamento foi reduzido para 7 dias; no Reino Unido e na Irlanda, o prazo é de 10 dias; e países como Portugal e Croácia, também planejam encurtar as quarentenas²⁴. A Organização prevê um **aumento no número de mortes em outubro e novembro** e seus dados dão conta que metade dos países europeus tiveram aumentos superiores a 10% no número de contágios na última semana, enquanto 7 deles duplicaram suas taxas, dentre os quais estão: Espanha, Reino Unido, França, República Tcheca e Ucrânia²⁵.

1. Entre 14 e 15 de setembro aconteceu a **70ª sessão do Comitê Regional para a Europa da OMS**, na qual ministros da saúde e altos representantes dos 53 países membros, organizações parceiras e sociedade civil estiveram juntos virtualmente²⁶. Na oportunidade, foi aprovado o Programa Europeu de Trabalho que guiará os próximos passos da Organização e dos países membros. Em seu **discurso, Hans Kluge, diretor regional** da OMS Europa, comentou sobre respostas dadas e linhas de ação para o futuro do enfrentamento da pandemia, que se dará através de 3 eixos principais²⁷:
 2. **contato direto com todos os países para uma resposta mais direcionada**: proporciona melhor entendimento das características sociais, econômicas, culturais e políticas, tão importantes para o estabelecimento de políticas de saúde: cada vez mais a Organização trabalha com uma abordagem sub-regional para maximizar os impactos nos países;
 3. **fortalecimento de parcerias com outras organizações de trabalho na região**: menciona a necessidade de lutar contra outras epidemias em curso como das doenças não transmissíveis, tuberculose multirresistente e HIV, além da poluição ambiental e das mudanças climáticas. Neste eixo, o diretor-geral comemora uma nova fase de cooperação com a União Europeia e a Comissão, processo de reaproximação que já vinha sendo iniciado antes da pandemia, não só no campo da saúde, como também em tecnologia digital e vizinhança e cooperação para o desenvolvimento. Destaca os diálogos com a Comissária para Saúde e Segurança alimentar da EU, com quem discute questões sob uma perspectiva pan-europeia, que inclui acesso a vacinas por países europeus externos ao bloco. Com o

²¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2020/09/4875971-oms-afirma-que-transmissao-de-covid-19-na-europa-e-alarmante.html>

²² <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-17/europa-registra-mais-contagios-por-semana-do-que-durante-o-primeiro-pico-da-pandemia.html>

²³ <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-17/europa-registra-mais-contagios-por-semana-do-que-durante-o-primeiro-pico-da-pandemia.html>

²⁴ <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2020/09/4875971-oms-afirma-que-transmissao-de-covid-19-na-europa-e-alarmante.html>

²⁵ <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-17/europa-registra-mais-contagios-por-semana-do-que-durante-o-primeiro-pico-da-pandemia.html>

²⁶ <https://www.euro.who.int/en/about-us/governance/regional-committee-for-europe/70th-session>

²⁷ <https://www.euro.who.int/en/about-us/regional-director/news/news/2020/09/statement-by-dr-hans-henri-p.-kluge,-who-regional-director-for-europe,-70th-session-of-the-who-regional-committee-for-europe>

ECDC, informa que vem trabalhando em um acordo inovativo que objetiva a segurança em saúde pan-europeia; e

4. **reestruturação do escritório regional:** com 3 objetivos: alinhar-se ao programa geral de trabalho da OMS e ao draft do programa europeu de trabalho; ter impacto junto aos países; e ter balanço fiscal. Kluge cortou as divisões técnicas de 5 para 3 para diminuir a fragmentação do trabalho. O número de diretorias técnicas foi cortado de 9 para 6 e o número de vice-diretores regionais, de 1 para 0. As 3 divisões técnicas são: Divisão de Políticas e Sistemas de Saúde; Divisão de Apoio aos Países; e a Divisão de Programas Nacionais de Saúde.

Quanto à **resposta da OMS Europa** para a pandemia, Kluge comenta sobre a **“long Covid”**, termo que usam para designar a perda de equilíbrio físico experimentada por quem se curou da doença, como ansiedade e depressão, fenômeno que a Organização começa a estudar, com apoio da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres. Prossegue identificando os eixos principais que nortearam as ações:

1. fornecimento de **apoio específico** a cada país que o solicitou ao Escritório Regional: a Organização dispõe de guias normativos, mas a ação está centrada na oferta de suporte aos países. Apesar dos desafios, 120 missões foram conduzidas para prestar assistência aos países quanto a avaliação de riscos e adaptação de políticas aos contextos locais;
2. **concentração de esforços** (*bringing togheter the energy*): articulação com outras esferas;
3. aprendizado de **lições** – não para o futuro, mas **para o presente**. Para ele, a primeira lição é que **sistemas de saúde nacionais fortes** significam segurança nacional em saúde. A pandemia dolorosamente nos lembrou da urgência na implementação da Declaração de Astana sobre cuidados primários de saúde. O diretor-geral manifesta preocupação com as doenças não transmissíveis, anunciou a satisfação de visitar a Rússia. A segunda lição é a **solidariedade como base para o sucesso**. A este respeito, destaca o Regulamento Sanitário Internacional (2005), que permitiu à OMS agir com rapidez em todo o mundo, mas sempre dependendo da ação nacional, o que faz com que este documento mereça uma revisão crítica. A terceira lição é a consciência da **relação recíproca entre saúde e economia**, essencial para se avançar numa economia do bem-estar, fato que surpreendeu a muitos tomadores de decisão não relacionados à saúde, motivo pelo qual estabeleceu a Comissão Pan-Europeia de Saúde e Desenvolvimento Sustentável para repensar as prioridades políticas à luz das pandemias.

O **debate anual sobre o estado da União Europeia – SOTEU** (<https://www.europarl.europa.eu/soteu/pt/>), sob o qual a Comissão Europeia faz um balanço da situação atual e apresenta o quadro de soluções ao Parlamento Europeu, aconteceu em 16 de setembro no Parlamento. A **presidente da Comissão, Ursula Von Der Leyen, fez o balanço** das realizações alcançadas no ano anterior pela Comissão e anunciou um **conjunto de novas iniciativas** da UE²⁸, que foram **debatidas com os eurodeputados**. Dentre os planos anunciados estão medidas para reduzir restrições ao mercado único, uma nova estratégia para o espaço Schengen, uma proposta para aumentar a meta de redução de emissões de 2030 para pelo menos 55% e o investimento em tecnologias digitais, além de uma declaração que o processo de tomada de decisão da UE precisa ser mais célere. Ursula reconhece a necessidade de colaboração com organizações internacionais, a necessidade urgente de ser reformar o sistema multilateral e que a UE precisa liderar as reformas da OMS e OMC. Embora reconheça a importância da parceria com a China em assuntos como alterações climáticas, isto não deve ser um entrave ao pronunciamento europeu em termos de direitos humanos. Também abordou a migração e anunciou um plano para combater o racismo e o discurso de ódio, defendendo os direitos da comunidade LGBTQI e o reconhecimento mútuo das relações familiares na UE. Os

²⁸ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/SPEECH_20_1655

eurodeputados apoiaram muitas das novas iniciativas, mas destacaram áreas nas quais a UE deveria se concentrar no futuro²⁹.

A presidente da Comissão Europeia abordou o impacto do coronavírus como um realçador da necessidade de se construir uma **União Europeia da Saúde** reforçada, concretizando-a e tornando-a real: “**Pessoalmente, não tenho qualquer dúvida: é necessário construir uma união mais forte no domínio da saúde**”. Ela prossegue dizendo, que para começar a fazê-lo, é preciso retirar os primeiros ensinamentos desta crise, fazendo com que o novo programa da UE pela Saúde (EU4Health) se torne adaptável aos cenários futuros, motivo pelo qual propôs aumentar o financiamento, medida pela qual agradece ao apoio do Parlamento. Von Der Leyen, defende a necessidade de **reforçar capacidades em termos de preparação e gestão de crises**, suscitadas por ameaças transfronteiriças para a saúde, propondo como primeira medida, maior reforço e capacitação da Agência Europeia de Medicamentos e do ECDC.

Numa segunda fase, prevê a **criação de um organismo europeu equivalente à BARDA**, autoridade norte-americana de investigação e desenvolvimento avançados no domínio biomédico, que apoiará as capacidades para responder à ameaças e emergências transfronteiriças. Reconhece a necessidade de se constituir reservas estratégicas para suprir as insuficiências da cadeia de abastecimento, notadamente quanto a produtos farmacêuticos. Ela reconhece que **a UE deve discutir a questão das competências no domínio da saúde**, tarefa que entende nobre e urgente, que deverá ficar a cargo da Conferência sobre o Futuro da Europa³⁰. Finalmente, argumentando tratar-se de uma crise mundial que implica em ensinamentos igualmente em escala mundial, anuncia que pretende convocar uma **Cimeira Mundial da Saúde**, no próximo ano, na Itália, juntamente com o primeiro-ministro da Itália e com a presidência italiana do G-20³¹.

Enquanto o multilateralismo se vê ameaçado, os caminhos a serem seguidos tendem a reforçar a cooperação internacional. A *high politics* já não é mais o centro da agenda, que ganhou temas historicamente tratados por *low politics*, como na fala do Celso Amorim que traz como maiores desafios da humanidade as mudanças climáticas, a saúde global e as armas nucleares. Ao lado da saúde, as temáticas do meio ambiente (como poluição e desmatamento) vêm ganhando espaço cada vez maior nas agendas internacionais.

²⁹ <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/estado-da-ue-2020/20200910STO86855/o-estado-da-ue-eurodeputados-debatem-medidas-para-melhorar-a-europa>

³⁰ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_89

³¹ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/SPEECH_20_1655

Resposta da Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio à COVID19

Lúcia Marques

Nem mesmo a chegada da segunda onda da Covid-19 - que tem batido recordes de casos diários em vários países do mundo, com volta de isolamento e fechamento de comércios e fronteiras - reduzem as tensões e rivalidades, pelo contrário. Na medida em que as rivalidades entre **EUA e China** aumentam, aumentam também as tensões no **Mar Meridional da China**. Os movimentos militares na região se intensificaram nos últimos meses; as reivindicações envolvendo países e áreas diferentes foram acirradas pela rivalidade entre EUA e China, aumentando o risco de um conflito armado na região - Estados Unidos está presente com destróieres e porta aviões “para garantir a liberdade de navegação na região” e tem tomado partido dos países asiáticos contra a China. Em resposta, a China transformou atóis desabitados e formações rochosas meio submersas em bases militares avançadas. É a pior situação em décadas.

China, Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura, Camboja e Taiwan (países membros da ASEAN – exceção da China) reivindicam áreas sobrepostas do Mar Meridional da China e na ausência de consenso e jurisdição legítima, os reclamantes se movem para ocupar ou neutralizar uns aos outros há mais de 70 anos. Em 2016, um tribunal internacional decidiu que a China não tinha o direito de reivindicar as áreas como seu território soberano; decisão que a China rejeitou. Abaixo dois gráficos que mostram as regiões em disputa e os países que as disputam

O Mar Meridional da China é parte do Oceano Pacífico, que vai desde Singapura até o estreito de Taiwan, com cerca de 3 milhões e 500 mil Km², com minúsculas ilhas e ilhotas, atóis, bancos de areia. Região é rica em petróleo e gás natural e estratégica como rota de navegação e pesca – ingredientes imprescindíveis para a China.



Reivindicações territoriais no mar da China Meridional.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Disputas_territoriais_no_mar_da_China_Meridional

Áreas de Disputa	<u>Brunei</u>	<u>Camboja</u>	<u>China</u>	<u>Indonésia</u>	<u>Malásia</u>	<u>Filipinas</u>	<u>Singapura</u>	<u>Taiwan</u>	<u>Vietnã</u>
Linha das nove raias	✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓
Costa do Vietnã	✓	✓	✓		✓	✓		✓	✓
Área marítima ao norte de Bornéu	✓		✓		✓	✓		✓	✓
Ilhas do Mar da China Meridional	✓		✓		✓	✓		✓	✓
Área marítima ao norte das Ilhas Natuna		✓	✓	✓	✓			✓	✓
Área marítima ao oeste de Palawan e Luzon	✓		✓		✓	✓		✓	✓
Áreas em Sabá				✓	✓	✓			
Áreas no estreito de Luzon			✓			✓		✓	
Áreas de Pedra Branca					✓		✓		

Resumo das disputas - https://pt.wikipedia.org/wiki/Disputas_territoriais_no_mar_da_China_Meridional

Cenário epidemiológico

O mundo enfrenta a tão temida, mas anunciada, segunda onda da COVID-19. E segue registrando aumento de casos e, em alguns países, recordes diários de casos e de óbitos.³² E apesar desse aumento, muitos países da Ásia e Oriente Médio seguem ampliando a flexibilização. Algumas reaberturas refletem a fadiga que está se instalando no mundo com as medidas extremas que foram tomadas para restringir o crescimento do coronavírus. E vai se refletir no aumento das infecções pelo Sars-CoV-2.

Na Ásia Pacífico, Rússia e Índia são os países mais afetados. **A Índia** registrou nesse 22 de setembro 5.562.663 casos e 88.935 óbitos e apesar desse número alarmante, com registros de recordes diários, o governo central autorizou a reabertura das escolas – mas como os estados têm autonomia, a maioria dos governantes decidiu manter escolas fechadas. As autoridades do Ministério da Saúde chamam a atenção que o número de casos registrados pode estar abaixo da realidade, pois não há testagem massiva de pessoas.

O país também reabriu transportes de massa, restaurantes e lugares públicos. E esta semana, reabriu o Taj Mahal³³, o museu-mausoléu em Agra, uma das sete maravilhas do mundo moderno e Patrimônio da Humanidade pela Unesco. A direção do museu informou que haverá restrição no número de pessoas, distanciamento e venda de ingressos somente on-line para não haver manipulação de tickets.

Bangladesh é o terceiro país mais afetado da região, com 352.178 casos e 5.007 óbitos. A maioria registrados na área dos assentamentos de refugiados da etnia minoritária muçumana fugida de Myanmar.

Coréia do Sul prorroga medidas de distanciamento social, após registro de casos com origens irrastráveis aumentando. Alguns casos estão ligados – novamente – a reuniões em igreja e comício político. O feriado nacional entre 30/set e 02/out preocupa as autoridades. O país suspendeu as vacinas contra a gripe gratuita após relatos de problemas no armazenamento

³² <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

³³ <https://tajmahal.gov.in/>

das vacinas durante o transporte, interrompendo planos para aliviar preventivamente a carga sobre um sistema de saúde já tenso por surtos de coronavírus.

Indonésia continua a ser o país do Sudeste asiático com o maior número de mortes – a maioria de trabalhadores da saúde, principalmente pela sobre carga de trabalho, que aumenta o risco de exposição ao vírus, sem contar que o cansaço reduz a atenção aos cuidados. O país impôs restrições sociais mais rigorosas - bares e restaurantes voltam a fechar e espaços públicos como shoppings e casas de culto com capacidade limitada.

Os principais hospitais da capital indonésia de Jacarta relataram ocupação total, alguns com lista de espera de até 20 pacientes covid-19 confirmados em busca de tratamento, à medida que os casos continuam aumentando no país. O governo também está pronto para explorar hotéis de três estrelas na capital como centros de quarentena para pacientes assintomáticos.

Hong Kong estenderá as medidas de distanciamento social relacionadas ao vírus por mais uma semana em meio a sinais persistentes de transmissão oculta do Covid-19.

No Oriente Médio, os países estão na lista dos mais afetados, com **Irã** liderando com 429.193 casos e 24.456 óbitos.

Israel entra em segundo bloqueio esta semana após um crescente número de casos, coincidindo com os feriados judaicos de Ano Novo, quando as pessoas normalmente visitam suas famílias e se reúnem para grandes serviços de oração. Fechamento de comércio, limites rígidos de movimento e de reuniões públicas. E a população segue indo às ruas para se manifestar contra o PM, cujo governo tem sido atormentado por indecisões e brigas internas.

OMS Região Ásia Sudeste*					
País	21/07 (óbitos)	28/07 (óbitos)	21/08 (óbitos)	06/09 (óbitos)	22/09 (óbitos)
Índia	1.155.354 (28.084)	1.480.073 (33.408)	2.905.825 (54.849)	4.113.811 (70.626)	5.562.663 (88.935)
Indonésia	89.869 (4.320)	100.303 (4.838)	149.408 (6.500)	194.109 (8.025)	252.923 (9.837)
Tailândia	3.255 (58)	3.295 (58)	3.390 (58)	3.444 (58)	3.511 (59)
Bangladesh	210.510 (2.709)	226.225 (2.965)	290.360 (3.861)	325.157 (4.479)	352.1789 (5.007)
OMS Região Pacífico Ocidental					
China	85.314 (4.644)	86.715 (4.656)	89.594 (4.709)	90.046 (4.728)	90.389 (4.737)
Rússia	782.040 (12.561)	816.680 (13.483)	944.671 (16.148)	1.222.228 (17.768)	1.111.157 (19.575)
Coreia do Sul	13.816 (296)	14.175 (300)	16.670 (309)	21.177 (334)	23.106 (388)
Austrália	12.428 (126)	15.303 (167)	24.407 (472)	26.279 (753)	26.942 (854)
Japão	26.428 (988)	31.116 (1.001)	60.940 (1.175)	71.918 (1.366)	79.770 (1.518)
Singapura	48.434 (28)	50.838 (28)	56.216 (27)	57.022 (27)	57.627 (27)
Nova Zelândia	1.555 (22)	1.556 (27)	1.665 (22)	1.772 (24)	1.815 (25)
Taiwan	451 (7)	462 (7)	486 (7)	493 (7)	509 (7)
Vietnam	396 (0)	431 (0)	1.009 (25)	1.049 (35)	1.068 (35)
Filipinas	182.365 (2.940)		228.403 (3.623)	237.365 (3.875)	291.789 (5.049)
Oriente Médio					
Irã	278.827 (14.634)	293.606 (15.912)	354.764 (20.376)	386.658 (22.293)	429.193 (24.656)

Paquistão	266.096 (5.639)	266.096 (5.639)	291.588 (6.219)	298.509 (6.342)	366.886 (6.424)
Arábia Saudita	255.825 (2.557)	268.934 (2.760)	305.186 (3.580)	320.688 (4.081)	330.246 (4.512)
Emirados Árabes	57.498 (341)	59.177 (345)	66.193 (370)	73.984 (388)	85.595 (405)
Qatar	107.430 (160)	109.597 (165)	116.481 (193)	120.095 (203)	123.604 (211)
Afeganistão	35.615 (1.186)	36.263 (1.270)	37.894 (1.385)	38.398 (1412)	39.09 (1.445)
Kuwait	60.434 (412)	64.379 (442)	79.269 (511)	89.582 (544)	100.683 (588)
Israel	52.687 (422)	63.581 (474)	99.599 (795)	130.157 (1.019)	193.374 (1.285)
Turquia	220.572 (5.508)	227.019 (5.630)	254.520 (6.058)	279.806 (6.417)	304.610 (7.574)
Síria	522 (29)	674 (40)	2.008 (82)	3.171 (134)	3.833 (175)
Yémen	1.619 (447)	1.691 (483)	1.899 (541)	1.987 (572)	2.028 (586)
Iraque	97.159 (3.950)	112.585 (4.458)	192.769 (6.208)	260.370 (7.512)	322.856 (8.625)

Obs.: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

Cenário diplomático, político, econômico e segurança

A normalização entre estados árabes e Israel segue despertando indignações. Desta vez, em **Marrocos**, dezenas de manifestantes foram às ruas para protestar e pedir que o governo marroquino não apoie ou pactue com essa normalização, considerada “traição aos estados árabes do Golfo”. A população agitou bandeiras palestinas e queimou bandeiras não oficiais israelenses.

A **Arábia Saudita** já liberou os céus para voos entre Emirados e Israel, mas ainda precisa de um tempo para estabelecer relações com Israel. Para o príncipe herdeiro, que tem o controle diário de assuntos sauditas, e para seu irmão, ex-embaixador saudita em Washington, Israel é um importante aliado contra o Irã e para a reforma econômica saudita. Mas o rei Salmam (84 anos), com perfil conservador, que ainda interfere em alguns momentos, vem repetindo que seu compromisso é com a Iniciativa de Paz Árabe³⁴.

Bahrein é o segundo estado árabe a assinar normalização com Israel.

O Ministro das Relações Exteriores **palestino** conclamou os países árabes a rejeitar o acordo de normalização com Israel e informou que a Palestina deixa a presidência temporária da Liga Árabe, como forma de protesto. Na última reunião da Liga Árabe, no Cairo, em 9 de setembro, os países-membros não conseguiram chegar a um consenso sobre um projeto de resolução proposto pelos palestinos contra os acordos de normalização entre Israel e Emirados Árabes Unidos e Bahrein.

Tailândia enfrenta manifestações pedindo a renúncia do Primeiro Ministro, que assumiu o poder em 2014, por meio de golpe de estado e venceu as eleições no ano passado e vem conduzindo o país sob domínio militar. O descontentamento é consequência de uma série de escândalos, repressões e das ações do governo contra a pandemia. O movimento pró democracia é liderado por grupos estudantis e pedem, além da renúncia do PM, a reforma da monarquia e que a constituição seja reescrita. Na lista de 10 exigências para a monarquia, está jogar fora uma lei de difamação que protege a poderosa família real das críticas. O bloqueio

³⁴ A Iniciativa de Paz Árabe, também conhecida como Iniciativa Saudita, é uma proposta de 10 sentenças para o fim do conflito árabe-israelense que foi endossada pela Liga Árabe em 2002 na Cúpula de Beirute e endossada em 2007 e 2017 Cúpulas da Liga Árabe.

pandêmico, que levou a economia da Tailândia à queda livre, expôs o abismo entre a classe bilionária e os pobres.

Myanmar se prepara para eleições nacionais (8/11) e o partido da Prêmio Nobel da Paz (1991), San Sun Kyi, pode se manter no poder. O presidente não é o cargo máximo de Mianmar, mas sim o Conselheiro de Estado, criado especialmente para ser ocupado por Aung San Suu Kyi. Mas tanto o país quanto a Conselheira vêm recebendo críticas da comunidade internacional: Myanmar pela limpeza étnica da população Rohingya (quase um milhão de refugiados só em Bangladesh) com ações que envolve violações, assassinatos e massacres, queima de casas, desde 2017; a Prêmio Nobel já teve título cancelado por sua falta de compaixão em relação à essa parcela da população de seu país e pelo seu silêncio sobre o papel do exército e pelo uso da força.

Embalagens contaminadas com coronavírus – parte externa - de peixes congelados foram identificadas pela vigilância alfandegária da **China** e provocaram a suspensão da importação de frutos do mar vindas da **Indonésia**. Apenas uma empresa foi registrada, mas preocupa as autoridades indonésias, pois a China é o maior importador de peixes do país. A alfândega chinesa também suspendeu empresa russa por contaminação pelo Sars-CoV-2 nas embalagens de lulas congeladas. Apesar da OMS dizer que não há evidências de que a COVID-19 se espalha por embalagens de alimentos, as autoridades chinesas têm investigado embalagens e recipientes de alimentos congelados como potencial fonte de contaminação. Já proibiu camarões equatorianos e asas de frango do Brasil.

Cenário do bem-estar social, segurança alimentar, migrantes e refugiados

Singapura chama a atenção pela forma como vem enfrentando as fragilidades reveladas pela pandemia. Começou com a questão dos trabalhadores migrantes cuja proteção social (ou nenhuma) estava por conta dos empregadores – agora o país trabalha para mudar isso, além de buscar atualização e capacitação dos trabalhadores singapurenses.

Agora é a vez de legislar e agir sobre o papel das mulheres na sociedade de Singapura. A Covid-19 fez aumentar os casos de violência familiar no país e revelou a necessidade de revisão para diminuir desigualdade de gênero e melhorar a educação da mulher. O país está embarcando em uma revisão abrangente das questões que afetam as mulheres para provocar uma mudança de mentalidade em valores como igualdade de gênero e respeito às mulheres. Mas o interessante é que os esforços não vão envolver apenas legislação, tais esforços vão estar associados à educação para promover uma mudança de mentalidade, desde a infância, de forma a promover mudanças profundas.

A revisão envolverá e trabalhará com parceiros do povo e setores privados, bem como grupos de mulheres e jovens. Para enfrentar os obstáculos culturais, sociais e estruturais que ainda permanecem, o Governo irá coletar e consolidar feedback como parte desta revisão. O trabalho será liderado por três detentoras de cargos políticos femininos: Ministra da Educação e Desenvolvimento Social e Familiar, Sun Xueling (41 anos), Ministra da Cultura, Comunidade e Comércio e Indústria, Low Yen Ling (46 anos), e Secretária Parlamentar de Saúde, Rahayu Mahzam (40 anos). As ideias e sugestões serão reunidas através de diálogos e discussões que serão apresentadas como um *White Paper* no Parlamento a ser entregue no primeiro semestre do próximo ano (2021), conforme divulgou o ministro dos Assuntos Internos e Direito K. Shanmugam.

Arábia Saudita inova lançando aplicativo que permite que cidadãos, residentes no Reino e visitantes se inscrevam on-line e reservem uma hora e data específicas em que possam realizar a peregrinação, conhecida como "umrah", para evitar aglomerações e manter as diretrizes de distanciamento social.

Resposta da China à COVID19

André Lobato

CDC recomenda vacinação para mitigar impacto da gripe no controle da covid-19

O CDC Chinês divulgou recomendação pedindo uma [estratégia de vacinação contra a gripe](#) orientada para grupos mais vulneráveis, de forma a evitar que o aumento de sintomas de gripe durante o inverno impacte o controle da Covid-19. A vacinação deve ocorrer em populações-chave e locais-chave: professores e estudantes em creches, escolas primárias e secundárias, carcereiros e prisioneiros e pessoas em grupos de risco. Entre elas: maiores de 60 que morem em suas próprias casas, crianças de seis a cinco anos de idade, pacientes de doenças crônicas, parentes de crianças com menos de seis meses, mulheres grávidas ou que estejam se programando para ficarem grávidas durante a época da gripe.

CAS e HUAWEI fazem acordo de cooperação para superar o controle dos EUA sobre semicondutores

Embora previsível, o anúncio ocorre quase em paralelo à compra da Arm pela [Nvidia](#). A Arm tinha um modelo de negócios de ser a “[Suíça](#)” dos semicondutores, não operando também na parte de desenho/programação, de forma a não competir com os clientes “down-stream”. Isso acaba com a aquisição pela estadunidense Nvidia, que vende seus próprios chips. O presidente da Academia Chinesa de Ciências, Bai Chunli, disse na coletiva do Conselho de Estado que áreas-chave do interesse nacional serão tratados com P&D “orientadas para resultado, específicas e direcionadas” entre 2020 e 2030 (os próximos dois planos quinquenais). No caso da cooperação com a Huawei, será “[multiple-layer](#)”, “[broad](#)” and “[pragmatic](#)”. Bloqueada pelos EUA, a Huawei tem dois anos de estoques de chips.

Plano Quinquenal e Dupla Circulação

A estratégia de “[dupla circulação](#)” vai se desenhando. Ela amplia as zonas piloto (modelo exportador) e ao mesmo tempo aposta no mercado interno. Os mecanismos ficarão mais claros conforme o próximo plano Quinquenal for mais publicamente discutido. De qualquer forma, o país se sente pronto para ter PIB positivo mesmo sem ter uma meta. Estão sem meta ‘para dobrar’ a meta. Em relação a isso, o premier Li Keqiang disse que a recuperação se dá em boa parte ao apoio dado pelo governo às micro, pequeno e média empresas do país, assim como ao oferecido aos empreendedores individuais.

Sem instituições multilaterais, uma guerra nem tão fria

Um dos principais responsáveis por uma eventual guerra no sul da china disse que cada vez que uma alta autoridade da Casa Branca se encontrar com um independentista em Taiwan, os jatos do continente irão se aproximar mais da ilha. O Global Times divulgou um [vídeo sobre os exercícios militares](#). Em paralelo, a China tem reforçado sua visão para a ONU, afirmando-a como um organismo multilateral de solução de conflitos. Recentemente, isso se mostrou com um discurso do [Xi Jinping sobre os 75 anos da ONU](#) e o anúncio, pelo Exército de Libertação Popular, de que o país ampliará sua [participação](#) entre os capacetes azuis.